

ENTREGUE AOS CO
NESTA DIA

Última página

1954
PARTIDO DOS TRABALHADORES - P.T.

Outubro

BOLETIM
NACIONAL

Órgão da Executiva Nacional do PT

PRC dilui-se
no PT

Um Congresso do PRC — Partido Revolucionário Comunista — realizado no início de agosto decidiu pela autodissolução do partido dentro do PT. Os ex-militantes defenderam a proposta de criar dentro do Partido dos Trabalhadores uma tendência de acordo com as normas de funcionamento defendidas pelo 5º Encontro Nacional. Ozeas Duarte, ex-dirigente do PRC, relata ao **Boletim Nacional** as razões e os projetos que orientaram a decisão de extinguir o PRC.

Pág. 3

Clima de guerra no Sul

O clima de tensão rural no sul do país cresce dia a dia com novas ocupações e repressão policial. Em Palma Sola (SC), os posseiros, que haviam cumprido sua parte no acordo feito com o Inera e o governo do Estado, recebem como resposta uma violenta repressão que gerou uma morte e 72 feridos. Em Ronda Alta (RS) os lavradores cavam trincheira para resistir à tentativa de desalojamento por uma brigada militar.

Page 10

A divergência da Convergência

Figure 2

Vamos furar o bloqueio

A campanha eleitoral petista ganha cada vez mais volume e a simpatia popular pelo Lula é crescente, como bem demonstram o grande comício realizado em São Paulo e as manifestações no Norte e Nordeste por ocasião da última viagem do nosso candidato. Apesar disso, as classes dominantes prosseguem com sua ladainha: como o PT e a Frente Brasil Popular pretendem governar o país, se os prefeitos petistas não conseguem dar conta do recado?

Na verdade, o ataque às prefeituras petistas, o cerco de calúnias e desinformação em torno de 31 administrações populares — sobretudo as que estão mais em evidência, como a de São Paulo —, tudo isto faz parte da ofensiva política e ideológica das classes dominantes para tentarem barrar o avanço da candidatura Lula e a afirmação de um projeto democrático popular para a sociedade. É nesse sentido que se procura fazer crer que os trabalhadores não estão preparados para governar. É nessa linha, também, que se apregoa a supremacia do projeto neo-liberal para a economia, que se proclama a importância do “Estado mínimo”, e que se tenta decretar, de forma inapelável, a falência da utopia socialista do PT.

Nesta edição especial do Boletim Nacional, relatamos vários casos exemplares das administrações petistas. São realizações que atestam o compromisso do PT e dos programas de governo locais com os setores carentes da população; são atos de governo que sinalizam, claramente, de que lado estão os prefeitos do PT. Por isso nos atacam tanto, por isso não querem o Lula na Presidência da República.

De posse de todas estas informações, conhecendo todas estas experiências, chegou o momento de aceitar o desafio e de afirmar, com segurança, que, embora nove meses de governo ainda seja pouco tempo para atender a todas as demandas da população, nenhuma administração anterior promoveu tantas mudanças quanto as administrações do PT (RF).

A hora da virada

No final de agosto, a Comissão Executiva Nacional e o companheiro Lula fizeram uma avaliação da situação nacional, que resultou numa resolução para a retomada da iniciativa política.

Divulgada para o conjunto dos diretórios, a nota da CEN atualiza as análises de conjuntura feitas pelo partido e adverte para a reversão do quadro econômico, político e social existente no primeiro quadrimestre do ano, quando então as classes dominantes estavam na defensiva.

Em linhas gerais, a CEN chama a atenção para o que está em jogo na disputa eleitoral: a tentativa de afirmar um projeto neoliberal, que ameaça os avanços até agora conquistados pelos trabalhadores e o povo. A partir daí, orienta a militância para organizar as direções, articulando a campanha com as lutas sociais e parlamentares; enfatiza a importância de organizar comitês populares e ganhar as ruas; insiste na necessidade de defender as administrações petistas, de criar fatos políticos e de retomar a iniciativa nas lutas sociais.

Com estas iniciativas, será possível virar o jogo e chegar ao segundo turno.

Notas

O parlamento em questão

Na esteira do 1º Encontro Nacional de Vereadores do PT (realizado de 23 a 25 de julho em Belo Horizonte), o companheiro Paulo Souza Neto, vereador do PT em Goiânia, elaborou um documento político sobre as relações do parlamento com a democracia, no qual discute algumas concepções existentes no partido a respeito da prática parlamentar e da luta institucional em geral.

Integrante de uma bancada

da qual também fazem parte os companheiros Darci Accorsi, Geraldão, Marina Sant'Anna e Niso Prego, Paulo Souza Neto acentua suas duas prioridades atuais: o avanço do trabalho parlamentar coletivo e a concentração dos esforços na campanha do Lula.

Cópia do artigo pode ser obtida na redação do BN ou com o autor (rua 4, nº 515, 9º andar — Centro — Goiânia).

A ação do PT na AL do Rio

Garantia de consolidação da democracia, modernização do Estado, combate ao corporativismo — são estes os eixos da atuação da Bancada do PT na Assembleia Constituinte Estadual do Rio de Janeiro.

Integrada pelos companheiros Ernani Coelho, Godofredo Pinto, Luiz Paes Selles e Milton Temer, nossa Bancada vem tendo importante papel na Comissão Constitucional e nas Comissões Temáticas de Direitos e Garantias Fundamentais, Organização do Esta-

do, Organização dos Poderes, Ordem Econômica e Meio Ambiente, e Ordem Social.

Na batalha política travada no interior da Assembleia, os deputados do PT estimularam a formação de um Bloco Socialista Independente, inicialmente constituído pelo PT, PV e PSB e, mais tarde, com a participação de parlamentares do PSDB.

Um balanço da atuação dos companheiros encontra-se no boletim **Bancada**, informativo do coletivo petista na AL do Rio.

Cartas

Meu presidente

Prezado Lula:

Tenho 13 anos e o admiro muito, tenho muita simpatia pelo PT, pois é um partido de transformação, que quer mudar o Brasil, é um partido de pessoas simples, trabalhadoras e honestas.

Li um livro sobre você, intitulado “Lula Sem Censura”, onde conta a luta dos operários por melhores salários.

Meus pais estão indecisos a respeito de candidato à Presidência. Dei-lhes o livro que fala sobre vo-

cê, e hoje eles já não estão indecisos.

Não simpatizo com o Collor, pois sei que há muita mentira em torno dele.

Espero que consiga o seu objetivo, para juntos mudarmos este país, de políticos tão corruptos, mentirosos como Paulo Maluf.

Pois é Lula Brasil Urgente Você Presidente.

Otoni F. Filho
Miracema do Tocantins

Convocatória

No intuito de colaborar com a campanha Lula, sugiro mobilizar militantes através de carta assinada de próprio punho por Lula.

Causou grande efeito, acredito eu, quando Jacó Bittar usou de tal expediente semanas antes da eleição em 1988.

Exemplificando: Campinas, segundo dados do Diretório Municipal, possui cerca de 4 mil filiados — infelizmente a grande maioria está desmotivada.

A nível de Brasil, pode-se imaginar um contingente expressivo, todos aguardando o momento

oportuno para “sair às ruas”. Por que não explorar o efeito de uma convocatória direta?

A grande razão de minha carta talvez não seja a sugestão, mas sim meu protesto ante a divisão em que se encontra o Diretório de Campinas, que se retrata na perda do interesse do militante. Deixa a desejar a todos os simpatizantes a inoperância do Diretório. Se existe dificuldades vamos encará-las.

Hamilton Pires
Campinas, SP

Não se engane

*Jamais reclamamos da sorte
Porque sorte não existe
É pura superstição
E a realidade é mais triste
Lembre de todos os golpes
Nos quais, de manso caístes
Ciladas da burguesia
que vive as mordomias
Banqueteando a mais-valia
Da qual, nunca usufruístes*

*Neste ano decisivo
De eleições para presidente
Saibas como dar o troco
Com seu voto consciente
Nunca se deixe levar
Pela falácia eloquente
Dos que se dizem honestos
Mas são verdadeiros restos
São candidatos funestos
Por seus maus antecedentes*

*Só temos um candidato
Capaz, com garra, e potente
Pois já estamos enojados
De burguesia na frente
As elites dominantes
Dão o bote da serpente
Mas agora, estremecem
Se arrebatam, e enfraquecem
E os trabalhadores crescem
Com Lula para presidente*

Rui Alves da Silva
Inácio Martins, PR

O Partido Revolucionário Comunista (PRC) decidiu dissolver-se no início de agosto. Mas parte do mistério gerado pela clandestinidade do agrupamento ficou em suspenso. A imprensa e a esquerda em geral costumam identificar como militantes dessa sigla destacadas lideranças como o deputado José Genoino, o vice-prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro, além de vários vereadores e militantes petistas. Mas o PRC acabou. E para onde vão seus militantes?



Ozeas Duarte, ex-dirigente do PRC

PRC decide pela autodissolução

Baixo, atarrancado, cearense, 48 anos, Ozeas Duarte já pode contabilizar mais de metade de sua vida como dedicada à luta pela transformação da sociedade brasileira. Temperado na resistência clandestina à ditadura militar, Ozeas é ex-dirigente do PCdoB, participou da criação do Partido Revolucionário Comunista (PRC) e, desde o princípio, ajuda a construir, a seu modo, o Partido dos Trabalhadores.

No começo de agosto ele foi novamente protagonista de mais um capítulo da história da esquerda brasileira. Participou do 3º Congresso do PRC, que decidiu sua auto-extinção e lançou

a proposta de fundação de uma nova tendência dentro do Partido dos Trabalhadores.

"Percebemos que a organização que havíamos criado em 1979 era um anacronismo para os dias de hoje", afirma Ozeas ao *Boletim Nacional* com a ressalva de que fala em caráter estritamente pessoal.

O melhor exemplo desse anacronismo, segundo o ex-dirigente do PRC é o fato de ter pelas costas um Partido que se declarava clandestino, "mas que, de fato, era apenas uma tendência dentro do PT".

"Como fazer o debate político interno, sem pôr a cara para fora, e como o PT podia conviver com um grupo que é até clandestino por definição?", questionava-se ele, no final de setembro, sentado numa cadeira da sala da Secretaria de Imprensa do Diretório Nacional do PT em São Paulo.

Com a decisão de dissolver-se dentro do PT, muitos segredos da história do PRC vieram à luz nos últimos dias. O debate ideológico interno, por exemplo, é tratado agora com a riqueza de detalhes de quem está interessado em socializá-lo com o conjunto do PT.

O que caracteriza o PRC - revela Ozeas - bem como qualquer partido que se pretenda colocar dentro da ortodoxia marxista, é possuir uma centralização própria. Essa centralização conflitava com a centralização da estrutura do PT, e isso dificultava não apenas a unidade de ação do partido, como até mesmo a própria defesa das posições do PRC entre os militantes do Partido dos Trabalhadores.

Como tendência - acredita ele - vai ser mais fácil sustentar pontos de vista dentro do PT. Ele prevê inclusive que, com mais liberdade para circular dentro do PT, os ex-militantes do PRC poderão até assumir uma postura política mais consequente na luta ideológica alimentada pelo PT. E, segundo anuncia o ex-dirigente do PRC, a disposição para debate que seus companheiros trazem para dentro do PT é enorme. "A principal razão de ser do projeto de tendência que estamos discutindo é marcar uma posição antidogmática na discussão dos problemas que a esquerda brasileira enfrenta hoje." Para Ozeas, esses problemas são muito importantes. A própria concepção de partido de massas ou vanguarda é uma das questões que precisam ser discutidas pelo conjunto da esquerda.

Os ex-militantes do PRC acreditam que o Partido dos Trabalhadores tem hoje um papel revolucionário, e deve desenvolver-se como partido amplo, de massas e plural. "Deve investir nisso, e não voltar-se para o modelo leninista de partido. Seria matar o PT", adverte Ozeas.

Outro debate central que sua proposta de criar uma tendência pretende fomentar dentro do PT é quanto ao socialismo e ao próprio marxismo. Na opinião dos ex-militantes do PRC esses dois pilares do pensamento da esquerda passam por uma crise sem precedentes na história. É preciso, antes de mais nada, - afirma Ozeas - resgatar o papel da teoria no processo revolucionário para combater a idéia de que o "socialismo é uma necessidade natural prevista por um marxismo naturalista, que rebaixa o papel do homem a mero agente de um determinismo histórico".

Surge a "Nova Esquerda"

O PRC foi fundado no início de 1984 a partir da junção de alguns grupos, principalmente de um que rompeu com o PCdoB em 1980. Havia, por exemplo, um grupo de Pernambuco, vindo da ex-Palop, outro em Minas, vindo do MEP, e outro do Rio Grande do Sul, que não tivera vínculo formal com nenhuma organização. O móvel do rompimento com o PCdoB foi o debate sobre a guerrilha do Araguaia e o stalinismo.

O PCdoB achava que houvera na guerrilha apenas um erro técnico-militar, enquanto os dissidentes avaliavam que existira um erro de concepção política que exigia uma autocrítica global do PCdoB, da sua visão sobre o socialismo e a revolução brasileira. O PCdoB defendia a Albânia e o legado de Stalin, enquanto os dissidentes consideravam que isto refletia o alinhamento do PCdoB com uma posição dogmática.

Já em 1984, a quase totalidade daqueles que fundaram o PRC militavam no PT, alguns desde a origem do PT. Em 1986, realizou-se o 2º Congresso da organização, quando ganhou força uma posição interna que defendia um outro tipo de relação com o PT, questionando a própria existência do PRC. Este processo teve seu coroamento no 3º Congresso, realizado no início de agosto deste ano, ocasião em que se resolveu extinguir o PRC por deliberação de cerca de 90% dos presentes.

Hoje, os ex-integrantes do PRC estão participando de um movimento pela criação de uma nova tendência interna ao PT. O movimento pela tendência acaba de lançar um manifesto intitulado "Por uma Nova Esquerda", e marcaram um primeiro encontro nacional, quando serão discutidas teses sobre estratégia, visão sobre o PT etc.

Encontro em fevereiro

"Por uma nova esquerda", é o nome do manifesto que os ex-militantes do PRC estão fazendo circular nas bases partidárias, convocando para fevereiro o 1º Encontro Nacional de construção de uma nova tendência dentro do PT.

Segundo a Comissão Organizadora do 1º Encontro Nacional, que assina o documento, a data de fevereiro visa respeitar os esforços que o Partido vem concentrando nas tarefas históricas ligadas à Campanha de Lula. Também se pretende, acrescenta o documento, garantir o tempo necessário para o debate nas regiões.

A Comissão Organizadora explica no preâmbulo do manifesto, que ele é "o primeiro documento nacional representativo das preocupações maiores que justificam a própria aspiração pela tendência". Ela anuncia também a pauta do 1º Encontro: discussão sobre a estratégia revolucionária no Brasil, discussão sobre a política de construção do PT e concepção de tendência, e conjuntura política.

A Comissão promete ainda, para preparar o encontro, divulgar nas próximas semanas, como subsídio ao debate, Teses sobre esses pontos, expressando a posição individual de seus signatários.



Órgão da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores —
Av. Ozeas Duarte, 700,
CEP 04001, São Paulo
SP FONE: 375 2200
Secretaria de Comunicação
Rua Barão
Klélio: Celso Maria
Secret. de Redação: Maria
Lourenço

Diagramação: Francine
Ferreira e Eliana Figueiredo
Colaboradores: João Ma-
chado, João Paulo Cu-
rta, Magda Davi, Rita
de Assis e Assessores
nas Prefeituras de São
Paulo, São Bernardo do
Rio, São André, São
Paulo, Jandira, Campo

Grã, Arambá, Petró-
polis, Quênia, Jandira,
Jaguariara, Cuiabá, Co-
lômbia, Campinas
Ilustração: Gilmar
Distribuição e Imprensa:
Jandira
Distribuição: Ceptre e
Circulação de PT

Partido político de verdade tem proposta de verdade

O PT está lançando a coleção de fascículos "Brasil Urgente", a partir do dia 2 de outubro, com cinco edições semanais (dias 2, 9, 16, 23 e 30), a NCz\$ 5,00 (cinco cruzados novos) o exemplar.

Os fascículos tratam das grandes questões nacionais, sob a "ótica petista", com muitos números, fatos, e análises de especialistas do Partido.

É um trabalho inédito na história política brasileira e um importante diferencial na Campanha. Através desses fascículos o PT apresenta à Nação a sua análise da realidade e também propostas concretas em cada área.

Simpatizantes, filiados, militantes: adquiram os seus exemplares nos diretórios, comitês, em bancas de jornais e revistas, livrarias, nos eventos da Campanha e nas barracas do PT em sua cidade. Não deixem de ler a coleção "Brasil Urgente".

Eventualmente não encontrando, escrevam urgente para: Distribuidora Nacional do PT, av. 11 de junho, 260 (04041) São Paulo — SP.

CUPOM PARA PEDIDO ESPECIAL

NOME: _____ Tel.: _____
End.: _____ Cidade: _____
CEP: _____ Estado: _____ Filiado ao PT? () sim () não

Preço da coleção completa: NCz\$ 25,00 (o Correio é por nossa conta).
Mandar cheque nominal ao **Partido dos Trabalhadores**, ou Vale Postal em nome de Rogério de Queiroz Chaves, agência Vila Mariana, código n.º 404420, São Paulo.

(oferta válida até o dia 30/10/89)

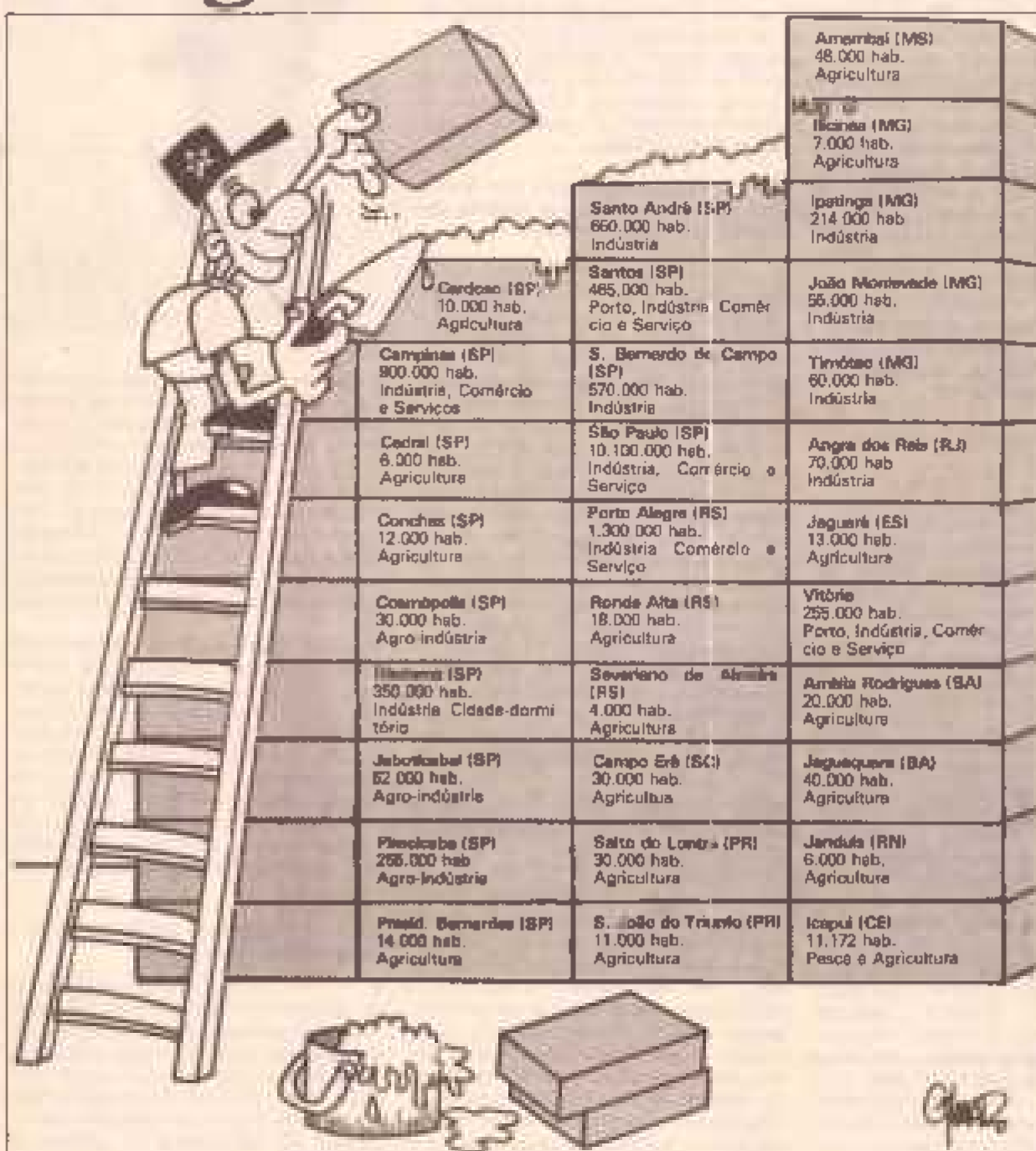
ESPECIAL

Os resultados da curta experiência do PT na administração de 31 municípios brasileiros ajudam a credenciar o Partido e Lula para o exercício do poder nacional. É o que mostra esse caderno especial do Boletim Nacional.

PT

Administrações Municipais

PT governa 10% dos brasileiros



Quase 16 milhões de brasileiros, mais ou menos 10% da população do País, vivem em 31 municípios governados pelo Partido dos Trabalhadores. Em outras cinco cidades, petistas participam da administração devido a alianças políticas com outros partidos.

Trata-se de uma responsabilidade histórica e de uma experiência indispensável de exercício de poder em municípios de maior importância política, econômica e social para o País, como São Paulo, a quarta cidade do mundo e a maior do Hemisfério Sul, Porto Alegre e Vitória, para nos limitarmos às capitais. Pequenas comunidades municipais, como Severino de Almeida, no Rio Grande do Sul, com 4 mil habitantes, também enriquecem o universo do poder petista nessa realidade brasileira de profundas contradições.

Além das capitais, o PT dirige as prefeituras de 12 outras cidades com características urbano-industriais, 20 com predominância da economia agrária e uma que vive do turismo. Do ponto de vista simbólico, o PT conseguiu vitórias significativas em regiões de alta concentração industrial, como no ABC paulista, onde elegeu os prefeitos de Santo André, São Bernardo e Diadema. Também no Vale do Aço, Minas Gerais, a vitória do PT ficou marcada em João Montevade, Timóteo e Ipatinga.

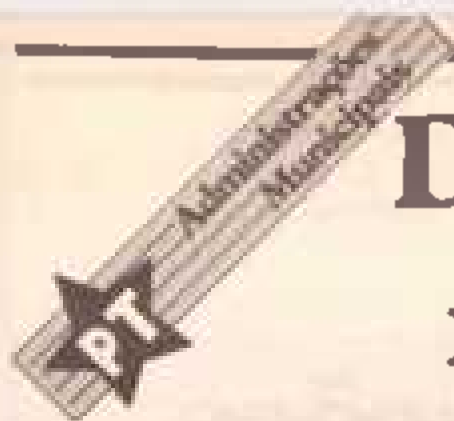
Igualmente em regiões importantes de trabalhadores rurais o PT fez suas prefeituras. Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, município símbolo das lutas dos trabalhadores sem-terra, é o melhor exemplo. Uma trincheira importante na luta pela preservação do meio ambiente ficou também nas mãos do PT, ao conquistar a prefeitura de Angra dos Reis.

Também vale ressaltar, como vitória política das urnas de novembro de 1988, o fato de o PT ter conseguido reeleger os prefeitos de Diadema (SP) e Icapuí, no litoral do Ceará, dois dos quatro municípios cujas prefeituras já haviam sido ocupadas por petistas em gestões anteriores.

A vitória em todos esses municípios colocou o Partido dos Trabalhadores frente a novos e importantes desafios. Num quadro de extrema centralização de poderes e recursos nas mãos do governo federal, sofrendo o boicote econômico e a oposição ferrenha do governo Sarney, dos governos estaduais e das classes dominantes locais, o PT está demonstrando que é competente para dar respostas às demandas sociais dos setores desfavorecidos da população.

Nove meses de governo é muito pouco para uma resposta cabal aos desafios enfrentados pelo PT à frente das suas prefeituras. Mas já é o bastante para mostrar que o Partido está mesmo decidido a usar o poder não como oportunidade de favorecimento pessoal, mas sim como instrumento de mudança, como mostram com eloquência as experiências de Porto Alegre, Vitória, e outras relatadas nessa edição.

Entrevista	págs. 6 e 7	Orçamento	págs. 12 e 13	Transporte	págs. 18 e 19
Saúde	pág. 8	Campo Erê	pág. 14	Boicote	pág. 20
Santos	pág. 9	Icapuí	pág. 15	Funcionalismo	pág. 21
Merenda	pág. 10	Educação	pág. 16	Mural	pág. 22
Habitação	pág. 11	Meio Ambiente	pág. 17		



Direção avalia: avançamos, mas precisamos politizar

"Contra todos os obstáculos", as prefeituras do Partido dos Trabalhadores "estão assentando as bases para o nosso projeto nacional." É o que garante, em entrevista ao Boletim Nacional, o membro da Comissão Executiva Nacional do PT, Luis Dulci, professor, 34 anos, ex-deputado Federal por Minas Gerais. Ele é o Secretário Nacional de Assuntos Institucionais do PT, organismo encarregado dentro da estrutura nacional do Partido de acompanhar e assessorar os 31 prefeitos petistas.

BN — Esperava-se um confronto agudo entre os prefeitos petistas e o Governo Federal. Muitos avaliam que este confronto não ocorreu, e a direção nacional, o que ela esperava? Que avaliação ela tem desse processo?

R. — Se a política do partido é de aberta oposição à Nova República, todas as nossas frentes de intervenção sindical, popular, cultural, parlamentar, administrativa, etc devem guiar-se por esse objetivo. Essa tem sido a nossa diretriz. Mais do que resistir às retaliações do Governo Federal, as administrações petistas devem ser ponta de lança da mobilização social contra ele. Mais do que simplesmente combater os efeitos locais de suas políticas opressivas, nossas administrações devem somar-se a luta pela superação definitiva do modelo político-econômico vigente. Isso em parte foi feito, por exemplo, com as denúncias dos descabidos administrativos anteriores, praticados quase sempre com o aval de Brasília. Com a pressão sobre a CEF e o Banco do Brasil para repassarem recursos devidos às nossas administrações, com a articulação da frente de prefeitos progressistas, liderada pelo PT, destinada a politizar os embates administrativos com o Governo Federal. É inegável, contudo, que tanto a base partidária quanto a direção nacional esperam mais. Seguramente também os nossos prefeitos não se contentam com o que já fizeram. É preciso direcionar as reivindicações populares contra o poder central, que na prática tem inviabilizado o seu atendimento. Confrontar os sem-casa com o BNH, os usuários dos serviços com os ministérios que extinguem programas sociais imprescindíveis... A própria frente de prefeitos pode ainda atuar com maior radicalidade. Não há que temer a devida politização do conflito com o Governo Federal. Ele é inevitável e, do ponto de vista das classes populares, desejável.

BN — Era deliberação do partido não usar a máquina das administrações municipais na luta do PT contra o Governo Federal?

R. — O PT sempre foi e, no que depender da atual direção, continuará sendo terminantemente contrário à utilização partidária da máquina pública. É nosso princípio não aparelhar nem permitir que se aparelhe a administração pública. Partidos, quando autênticos, são organizações civis autônomas, que não dependem absolutamente de favores estatais para existirem e travar as suas lutas. O que não significa, é claro, que os governos municipais do PT sejam politicamente neutros ou devam restringir-se à esfera administrativa, o que justifica em última análise a nossa ocupação de espaços estatais numa socie-

dade capitalista e, sobretudo, a possibilidade de politizá-los, torná-los instrumentos de avanços propriamente políticos das classes populares em sua luta contra a dominação. Essa politização pode e deve ser promovida sem aparelhamento. Foi o caso, por exemplo, da atitude que assumiram os nossos prefeitos frente à greve geral de abril? Corajoso e entusiasmado apoio, presença direta na preparação e nas mobilizações. Mas sem esquecer nunca que o movimento sindical livre e autônomo deve ser capaz de viabilizar duas jornadas de luta sem depender de nenhum governo, nem mesmo dos nossos.

Como já disse, sou de opinião que os prefeitos petistas e as nossas equipes de governo poderiam ter feito uma oposição política muito mais frontal e incisiva à Nova República. Poderíamos ter politizado mais o confronto de projetos imediatos e históricos com o governo federal e os governos estaduais do PMDB. Sem qualquer aparelhamento da máquina pública.

BN — E o confronto com o capital privado?

R. — Tem sido intenso, muito intenso. Uma verdadeira guerra, embora nem sempre o capital combata abertamente à luz do dia. Ele prefere fazê-lo por meios obliquos, subterrâneos, valendo-se da pretensa objetividade dos aparatos de comunicação de massa — TV, Rádios, Revistas, Jornais — que virtualmente monopoliza.

E, sejamos realistas, esse confronto, também é inevitável. Um dos maiores objetivos das administrações petistas é justamente desprivatizar o Estado. Libertá-lo da condição de testa-de-ferro deste ou daquele interesse privado. Agimos para transformar o estatal em público. E isto no Brasil é inédito, uma verdadeira revolução. Depois de décadas de assalto ao estado de lucros previamente garantidos e "prejuízos" generosamente assumidos pelo Governo, imagine você o desespero dessa gente, a sua ira contra um PT que chega dizendo sem rodeios: "acabou a mamata, pessoal. Desocupem o bico. O verdadeiro dono — a sociedade — assumiu o comando". Essa gente não sabe e não quer caminhar com as próprias pernas. Daí a reação brutal, implacável às nossas administrações, ainda mais violenta e articulada do que imaginávamos. O PT acabou com os 20% de "intermediação" nas obras públicas, a famosa "caixinha", e o que fazem eles? Nos acusam de não saber dialogar... Combatemos na prática a exploração mercantil da saúde, da educação e do transporte coletivo e eles fazem o maior estardalhaço contra o nosso "ideologismo irresponsável" como se irresponsável, social e eticamente não fosse num país como o nosso, justa-

mente a mercantilização da saúde e do conhecimento.

Querem privatizar até o sentido das palavras, expropriar da sociedade a própria língua. Al Capone ficaria rubro de vergonha com a menor das trapaças descobertas nas empresas de ônibus de Porto Alegre... Se algum erro cometemos em nossas administrações não foi o de compactuar com os privilégios do capital privado. E doravante o nosso confronto com eles deve ser ainda mais explícito, organizado e sistemático, de modo a permitir uma autêntica politização desse conflito.

BN — Nossas prefeituras tem limitações estruturais. Em que medida elas afetam a ação do governo?

R. — O arcabouço jurídico institucional vigente, embora não seja dogma para nós, é uma limitação estrutural objetiva. Há coisas justas que o município só pode fazer insurgindo-se contra a lei, o que nem sempre é possível. A tradição viciada de relação povo/Estado é outro dado estrutural, e com certeza não dos meios problemáticos. O mais grave, porém, é que assumimos importantes prefeituras justamente quando o Estado brasileiro chegou ao fundo do poço, fruto de um modo de financiamento da economia pouco menos que criminoso. Não falo apenas da politicagem dos prefeitos anteriores, de suas gestões predatórias. Falo da virtual falência do Estado. 25 anos de sucateamento da administração pública brasileira em benefício do capital privado. Como reinventar o poder público local, sem antes articular a lógica perversa do sistema global?

BN — O partido sente-se à vontade ao negociar com o funcionalismo, estando do outro lado da mesa?

R. — É bom que se diga: O Partido enquanto tal não deixou nem deixará de estar engajado nas lutas do funcionalismo. Fora das lutas dos trabalhadores, o PT não existe. Assumimos as prefeituras para colaborar ali também, com o avanço das lutas populares, inclusive as do funcionalismo. É o que tem feito, em nossa opinião com grande sucesso, as administrações petistas, negociando democraticamente com a categoria, respeitando integralmente a sua condição de sujeito autônomo, de válido interlocutor político. Mais do que isso: além de recuperar o salário real, nossos prefeitos têm procurado resgatar a própria figura do funcionalismo público, tão sistematicamente ridicularizada pelos interesses privatistas. E o que é mais importante: resgatá-la sem compactuar com as deformações clientelistas e corporativistas que inegavelmente existem no serviço público. Resgatar a própria auto-estima



Luis Dulci

do funcionário que efetivamente trabalha e agora servirá às maiorias sociais. São interessantíssimas algumas iniciativas de prefeituras petistas para qualificar técnica e politicamente o seu funcionalismo. Cursos e seminários, grupos de reflexão, descentralização, prática de atribuições. Em Porto Alegre e outras cidades e reforma administrativa está sendo projetada e realizada por equipes paritárias governo-funcionalismo.

Símbolo desta postura radicalmente nova, corajosa, inaugural, foi a presença direta de Luiza Erundina na assembleia do funcionalismo paulistano. Seria hipocrisia negar os terríveis obstáculos à execução de uma tal política. Reinventar o serviço público em plena falência dos municípios, mas temos conseguido avanços notáveis. E isso porque nossos prefeitos continuam, politicamente, do mesmo lado da mesa...

BN — A carência de quadros técnicos é um problema para o PT?

R. — Não, porque não temos carências de quadros técnicos, exceto em dois outros municípios rurais podemos nos parabenizar pela abundância de bons técnicos a serviço de nossas administrações. O PT já contava entre seus filiados de boa parte dos melhores profissionais de administração pública de São Paulo, Porto Alegre, Campinas, etc. Foi a turma que resistiu ao sucateamento da máquina pública nos governos anteriores. A eles vieram somar-se centenas de quadros universitários de primeira linha e também muitos outros companheiros do movimento sindical e popular — o movimento é uma escola e tanto — que ao longo da última década adquiriram notável capacidade de gestão, inclusive técnica, em seu espaço próprio de militância.

Sem falar em técnicos não petistas e que muitas vezes nem votaram no PT, mas que aprenderam a respeitar nossos governos e hoje trabalham conosco em regime de secundária colaboração. No que diz respeito a muitos dos nossos quadros administrativos, o desafio real me parece outro: como integrar o seu compromisso ético e sua inegável capacidade técnica numa competência política mais geral, já que não queremos apenas administrar bem, mas sim transformar radicalmente a sociedade. Nem sempre é fácil superar uma certa tendência tecnicista, que super-valoriza as ações estritamente administrativas do governo, por justas e necessárias que sejam, em prejuízo das ações políticas de governo, que são decisivas para nossas administrações.

BN — Tem havido sabotagem aos governos petistas e a imprensa não divulga, ou a verdade é que o PT não sabe ser vidraça?

R. — Nós sempre fomos vidraça, desde a fundação do partido. Um partido socialista, desabusado, libertário, como poderia ser diferente?

A ditadura militar tentou impedir a criação do PT e não conseguiu. O falecido MDB tentou nos obrigar ao frentismo acético e não conseguiu. Até a esquerda ortodoxa — o PCB, sobretudo — tentou nos constranger aos esquemas esclerosados e não conseguiu. Quantas lideranças nossas foram presas nesses dez anos? Quantos companheiros foram assassinados? Quantas acusações grosseiramente forjadas contra nós, quantas vezes, literalmente, explodiram nossas vidraças? Nós sempre fomos vidraça e sempre soubemos reagir, caso contrário não teríamos chegado aonde chegamos e com a força social que temos. O sucesso eleitoral de 88 naturalmente acentuou a intolerância da burguesia contra o PT. Quanto mais força política acumulamos, tanto mais desesperado é o combate ao nosso partido. Quanto mais próximos do poder de estado, tanto menos "democrático" é o tratamento que recebemos. Porque não se trata absolutamente da previsível oposição "democrática" às prefeituras petistas. Quem mais do que nós está preparado nesse país para praticar a verdadeira democracia? A ferida é outra, e mais funda. Ou alguém com um pingão de juízo acha que a oposição que eles fazem a nós é da mesma natureza e tem a mesma qualidade da oposição que eles fazem entre si?

A oposição de Maluf à Quêrcia, de Ulysses à Covas, de Collor à Sarney é eleitoral, visa exclusivamente à ocupa-

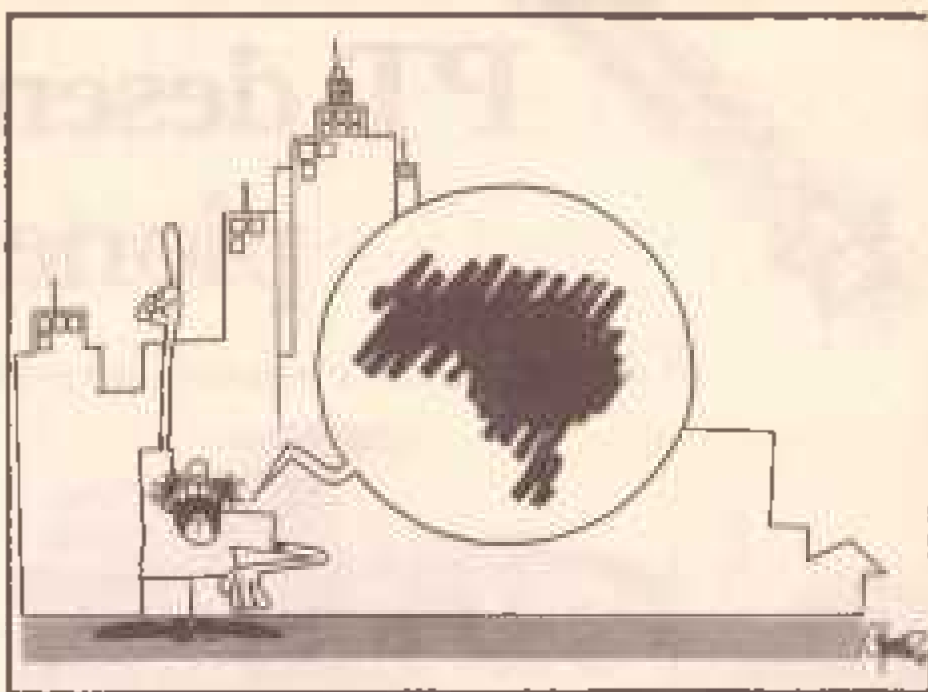
ção de espaço pessoal e de grupos. Faz parte do jogo "democrático" interburguês. A oposição ao PT não tem nada de pessoal, ela é de classe, tem como objetivo impedir por todos os meios, inclusive os não democráticos, a ascensão social e política das classes populares na sociedade brasileira. E é justamente isso que a grande imprensa não pode ou não quer ver. Ela trata as agressões que sofremos do governo federal e dos governos estaduais, os atos de autêntica sabotagem do capital privado — pense-se por exemplo nos lock-outs das empresas de ônibus de Campinas, Santos, João Monlevade, Porto Alegre, etc ou na retenção pelo governo Sarney de verbas destinadas à saúde em São Paulo — como se fizessem parte da rotina democrática. Quando na verdade são tentativas de negar na prática os mandatos populares que recebemos. "Vocês ganharam, mas nós temos o poder econômico e o poder de comunicação e vamos inviabilizar os governos petistas".

É direito líquido e certo de qualquer oposição debater os efeitos concretos de nossa política, mas eles querem nos impedir de executar o programa de governo que o povo aprovou nas urnas, o que é inadmissível.

Provavelmente temos cometido o erro de nem sempre responder à altura, denunciando os sabotadores com a necessária contundência e visibilidade, mobilizando diretamente as massas populares para enfrentá-los.

BN — As divergências internas entre as correntes petistas, como em Diadema, prejudicam as nossas administrações?

R. — O debate partidário sobre todas as nossas políticas, inclusive a dos governos municipais, não prejudica em nada. Ele é absolutamente salutar. Diria mais, ele é imprescindível, quando realizado democraticamente, sem fatos consumados, e levando em conta que o papel do partido não é o de se confundir com a máquina pública e administrar o detalhe cotidiano, mas estabelecer as diretrizes políticas gerais de governo. É claro que debate interno é aquele que se realiza nos fóruns do partido e não através dos dados distribuídos à população... E certamente agressões físicas não fazem parte do nosso conceito de debate interno, por mais acalorado que ele seja. Há maneiras sabidamente menos autoritárias de persuadir os interlocutores. Geralmente é preferível fazer propostas conseqüentes. Na maioria das nossas administrações, em que pese as naturais dificuldades decorrentes da inexperiência, a re-



lação partido/governo tem se aperfeiçoado progressivamente graças ao comum aprendizado. Diadema está longe de ser a regra. E o que houve lá não pode ser classificado como natural divergência política. A ética petista foi ferida, e a direção partidária não teve dúvidas em punir quem o fez.

BN — Os Conselhos Populares sempre foram o eixo da proposta de gestão democrática do PT. Eles existem nas cidades que o PT administra? Estão funcionando?

R. — É verdade, os Conselhos Populares, ou formas análogas de participação, são peças chave em nossa proposta de gestão municipal. Por que achamos justo que o povo participe diretamente das decisões sobre a sua cidade e por que sem os conselhos organizados e atuantes dificilmente teremos força social e política para executar nossos programas de governo. A inversão drástica de prioridades, em benefício dos setores marginalizados, só é viável se sustentada diretamente pela participação popular. Não podemos enfrentar a poderosa e bem organizada burguesia exclusivamente com a vontade política de nossas equipes de governo. Os Conselhos, por isso mesmo, são imprescindíveis desde já, não podem ficar para o final da gestão, como se fossem o seu corcamento "natural". Caso contrário, nossa vontade política, por mais autêntica e generosa, acabará neutralizada pela reação conservadora. Sim, já existem vários Conselhos Populares funcionando nas prefeituras petistas: de saúde, de educação, de abastecimento, de orçamento, de preservação ambiental. Em Santos, Piracicaba, Timóteo, João Monlevade, Porto Alegre, Ipatinga, Campo Grande e outras cidades. Mas é preciso agilizar e muito esse processo. Os Conselhos não devem ser "braços" políticos das administrações, mas temos a obrigação de estimular a sua criação nas mais diversas áreas. A experiência prática tem comprovado que a disputa política passa a dar-se em bases muito mais favoráveis onde já funcionam os Conselhos Populares.

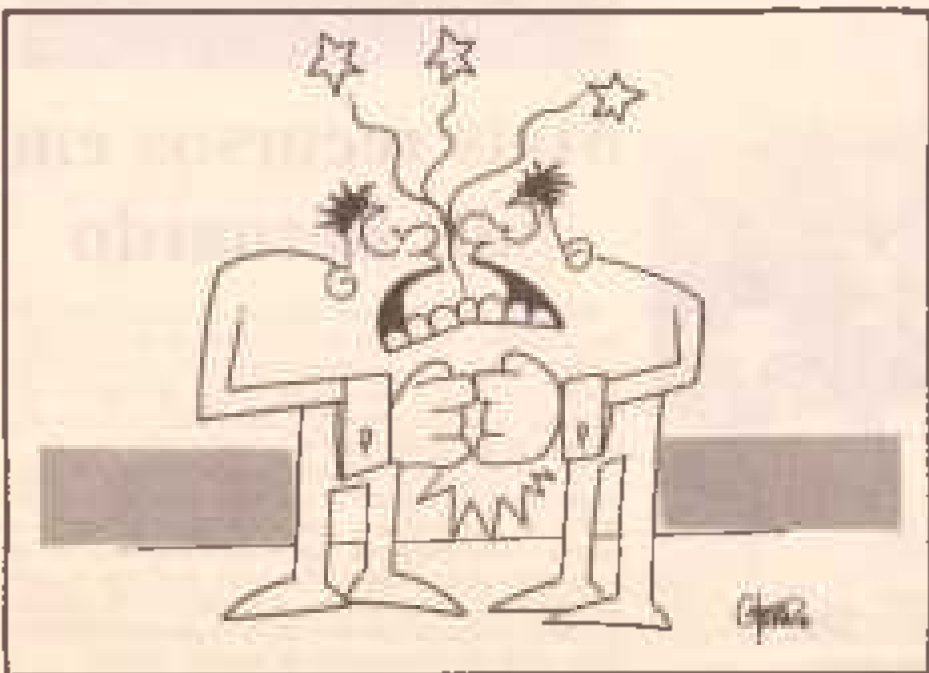
BN — O que o partido tem feito para orientar politicamente as suas administrações?

R. — Além de estabelecer, no final de 88, as diretrizes gerais para o conjunto das administrações petistas, adotamos resoluções políticas específicas sempre que necessário. Já o fizemos sobre diversas questões relevantes: greve geral,

frente de prefeitos, relação administrações/estrutura partidária, etc... Assessoramos tecnicamente aquelas prefeituras que precisam ou que solicitam. Para isso, criamos inclusive organismo específico. Temos realizado ainda um trabalho de acompanhamento e coordenação política a nível nacional. Procuramos criar fóruns partidários, com a participação destacada das nossas equipes de governo, para socialização de experiências, elaboração de estratégias políticas conjuntas e definição de planos setoriais integrados. A direção nacional, através da Secretaria de Assuntos Institucionais, já promoveu nesse período pelo menos duas reuniões nacionais de prefeitos e encontros de secretários de quase todas as áreas: educação, saúde, transportes, comunicação, política agrícola, planejamento, finanças, cultura, etc. Sem falar num concorridíssimo seminário sobre a experiência concreta dos conselhos populares, que brevemente deverá ser publicado em livro. Além disso colaboramos diretamente com a iniciativa da frente dos prefeitos progressistas. Em suma: procuramos garantir a execução de um projeto político administrativo coerente em todo o país.

BN — As administrações municipais dirigidas pelo PT estão atrapalhando ou ajudando a campanha presidencial do Lula?

R. — A máquina pública não faz a campanha Lula. Insisto em reafirmar a nossa oposição de "princípio" ao aparelhamento partidário da administração pública. Mas é claro que os prefeitos e demais petistas podem e devem fazer a campanha Lula. Aliás seria um absurdo não fazê-lo, uma completa despolitização de seu papel. Eu sei que a pergunta porém é outra. O desempenho das nossas administrações até agora reforça ou prejudica a campanha? É preciso distinguir entre versão e fato. As mentiras divulgadas pela imprensa burguesa sobre as prefeituras petistas evidentemente atrapalham o Lula. O silêncio sobre muita coisa importante que já realizamos é também negativo. Acabam forjando a imagem de que estaríamos descumprindo nossos compromissos históricos na geleia geral, o que é absolutamente falso. Estamos, contra todos os obstáculos, assentando as bases para o nosso projeto nacional. A crítica que nos parece justa é outra: a insuficiente radicalidade de algumas de nossas administrações na disputa política e ideológica de ajudar o Lula como poderiam.





PT desenvolve programa pioneiro de saúde

A democratização e a integração dos profissionais já começam a mostrar resultados.



A unidade de saúde, no bairro Serraria, entregue à população em fevereiro de 89.

Democratizar o sistema municipal de saúde é uma das maiores preocupações das prefeituras petistas. A ideia central é integrar adequadamente os profissionais de saúde, seus administradores e a comunidade, representadas pelo sindicato e por várias organizações populares. Os resultados desse método saltam logo aos olhos. Basta ver como Campinas, por exemplo, conseguiu melhorar o atendimento à população em apenas 9 meses de governo.

A Secretaria Municipal de Saúde de

Campinas atacou de frente não só o problema do indivíduo doente, como resolveu implantar ações preventivas e coletivas de saúde. A começar pela interdição da fábrica de baterias Goodlight, que há sete anos vinha intoxicando impunemente seus funcionários e os moradores da região com chumbo. Para prevenir esse tipo de problema, a prefeitura de Campinas criou um ambulatório especializado em saúde do trabalhador.

Para conseguir fazer as primeiras

mudanças, Campinas teve que encontrar uma nova concepção de posto de saúde. Antes do governo petista, os postos eram conhecidos por não solucionarem os problemas de saúde da população. O primeiro passo foi pensar em aumentar o espaço disponível para o atendimento. Mas é claro que isso não se faz da noite para o dia: é preciso verbas. Por isso, no primeiro semestre de 89, a prefeitura aumentou os recursos destinados aos postos em 1119% acima da inflação, em comparação com o primeiro semestre de 88. Os resultados foram rápidos: criação de 4 centros de saúde, com dimensões convenientes ao novo projeto, reforma e ampliação de outros 4 centros, aumento do número de remédios fornecidos gratuitamente à população, compra de equipamentos modernos, e melhoria dos salários dos funcionários do setor.

Em São Paulo, a democratização do sistema também já mostrou resultados. Foi criado o Conselho Municipal de Saúde, que conta com a participação de vários movimentos populares. Esse Conselho trabalha junto com a Secretaria Municipal e tem poder de decidir quais são as prioridades para o setor. Uma das primeiras decisões foi a descentralização do sistema do gabinete do Secretário para as regiões onde a população é atendida. Essa foi a forma que a prefeitura petista encontrou para

contornar as imensas diferenças regionais dentro da cidade.

Simultaneamente, a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo foi promovendo a recuperação da rede de assistência, que foi encontrada em condições muito precárias. O descaso da administração anterior era tanto que 60% dos itens de medicamentos que deveriam estar em estoque simplesmente não existiam, e mais de 200 leitos da rede hospitalar não estavam funcionando. Hoje, o estoque ainda está deficiente, por falta de dinheiro. Mesmo assim, essa defasagem foi reduzida para 25% dos itens, em apenas 9 meses. Já os leitos estão funcionando a plena carga.

Outro exemplo dos frutos da administração democrática é o programa de atendimento ao trabalhador. Esse programa tem enfrentado dificuldades políticas para sua implantação. O PT quer que o Ministério do Trabalho autorize os fiscais de saúde da Prefeitura a entrarem em fábricas e canteiros de obras, para verificar as condições de trabalho. Essa batalha ainda não foi vencida, mas a Secretaria Municipal e os sindicatos estão pressionando o governo federal, porque só será possível garantir a saúde do trabalhador fiscalizando as indústrias.

Em Diadema, 13 Unidades

Em 1983, quando o PT conquistou pela primeira vez a prefeitura de Diadema, a cidade tinha apenas um pronto-socorro inadequado, e 9 postos de puericultura. Por causa da falta de verbas, a solução encontrada pela administração petista foi melhorar a qualidade do sistema. Hoje a população pode contar com 13 Unidades Básicas de Saúde e um pronto-socorro realmente bem equipado, que atende mais de mil pessoas por dia.

Isso só foi possível com a democratização do setor, e graças a uma melhor organização dos servidores de saúde, do aproveitamento de espaços e equipamentos. Agora, a população organizada já controla os serviços de saúde, decide as mudanças necessárias, e avalia o sistema. Para isso, bastou criar há quase 3 anos o Conselho Municipal de Saúde, que é formado por 26 moradores da cidade, diretamente eleitos em seus bairros.

A função principal desse conselho é elaborar a política de saúde do município e estimular os moradores a participarem das comissões do setor. O grande desafio já está sendo vencido: colocar o serviço de saúde próximo aos moradores, com programas especiais de atendimento, que funcionam até as 22 horas todos os dias. Outra mudança fundamental, introduzida pelo PT, é a socialização dos conhecimentos de saúde, de forma que usuários e funcionários conheçam melhor as doenças e possam ajudar no processo de recuperação do paciente.



O Conselho de Saúde de Diadema reunido



Mais recursos em São Bernardo

Em São Bernardo do Campo, a população tem participado ativamente do programa de saúde. A Secretaria Municipal realizou assembleias populares em diversos bairros, onde foram eleitas comissões que fiscalizam e gerenciam as Unidades Básicas de Saúde, junto com os servidores e a administração.

Através da democratização, a qualidade do atendimento melhorou muito. Para se ter uma ideia, os 26 postos de puericultura, que antes só atendiam pela manhã e com pediatras, agora trabalham também à noite, com clínicos gerais, dentistas, pediatras e ginecologistas. E até novembro, a prefeitura vai colocar em funcionamento um ambulatório de especialidades e um moderno laboratório de análises clínicas.

Prefeitura intervém e revoluciona Casa de Saúde

As celas fortes foram desativadas, os eletrochoques suspensos, a administração de drogas controlada, os horários para visitas e o acesso dos familiares às enfermarias-dormitório liberados. Em quatro meses de governo, a prefeita Telma de Souza, de Santos, 465 mil habitantes, litoral paulista, mostrava que tinha assumido o cargo preocupada e decidida a mudar a qualidade de vida da população marginalizada que vive no extremo da loucura. Sua intervenção na Casa de Saúde Anchieta é um retrato disso.

"É preciso que a sociedade toda questione o modo como são tratados seus doentes mentais. É indispensável devolver a eles o direito de cidadania." A afirmação da prefeita Telma de Souza sintetiza a orientação que a Administração petista de Santos está desenvolvendo no campo da saúde mental.

No dia 21 de abril deste ano, o secretário municipal de Saúde, David Capistrano Filho, com base em relatórios elaborados por órgãos estaduais e federais — e diante da falta de providências por parte destes —, denunciou a situação de calamidade em que se encontrava a Casa de Saúde Anchieta. A Casa era o único hospital psiquiátrico da região da Baixada Santista e Litoral Sul e, através de convênios, dava atendimento público à população.

Superlotação, condições sub-humanas de assistência, promiscuidade, maus tratos, eletrochoques, confinamento em celas-fortes, uso indiscriminado de drogas pesadas e, principalmente, anulação total do sentido de cidadania dos pacientes. Uma estrutura (que no geral prevalece na quase totalidade do sistema dos manicômios brasileiros) destinada a reter os doentes mentais nas instituições privadas, com o objetivo de obter lucro por intermédio dos convênios com os órgãos públicos.

No dia 3 de maio, já que nenhuma dessas irregularidades foi sanada, a prefeita, após vistoria no hospital, determinou a intervenção da prefeitura no Anchieta, por um prazo mínimo de 120 dias. As reformulações implantadas pelas equipes de profissionais da Secretaria Mu-



O apoio popular à intervenção na Casa de Saúde Anchieta.

nicipal de Higiene e Saúde (Sehig), dirigidas pelo interventor do hospital e coordenador do Programa de Saúde Mental do órgão, Roberto Tykanori Kinoshita, foram imediatas: as celas-fortes foram desativadas, os eletrochoques suspensos, a administração de drogas controlada, os horários de visitas liberados para os familiares dos pacientes, e estes (ao contrário do que ocorria no passado) puderam ter livre acesso às enfermarias-dormitórios, com cada cama identificada com o nome do respectivo internado.

Em paralelo, começou a ser desenvolvido um programa de novas técnicas terapêuticas, com reuniões de grupo, contato com os familiares dos internados, acompanhamento individualizado dos pacientes, programas de lazer internos e externos e implantação de novos critérios para internações e altas. Como o objetivo já não era mais o lucro, só eram internadas aquelas pessoas que realmente necessitassem, priorizando-se também a liberação de pacientes que já tinham condições de receber tratamento extra-hospitalar. Em pouco tempo, essas medidas acabaram com a superlotação, embora, em nenhum momento, fossem recusadas internações nos casos realmente necessários, não só provenientes de Santos como dos demais municípios da região.

O processo continuou avançando, com o reforço de psiquiatras, psicólogos, médicos, assistentes sociais, atendentes e outros profissionais. Em junho, Franco Rotelli, diretor do Centro Psiquiátrico Regional de Trieste, Itália (um dos centros mais avançados da moderna psiquiatria em todo o mundo), visitou o Anchieta, aprova a experiência

e dá seu aval para a concretização de um convênio entre aquela cidade italiana e Santos, para o desenvolvimento de experiências na área da saúde mental. Em julho, Marcos Pacheco de Toledo Ferraz, diretor da Divisão Nacional de Saúde Mental do Ministério da Saúde, também vem a Santos e aprova o ato de intervenção da prefeitura.

Enquanto em setembro a prefeita Telma de Souza prorroga por mais 90 dias a intervenção no Anchieta, o Ministério da Saúde aprova integralmente o projeto elaborado pela Sehig para a assinatura de um acordo de cooperação entre Santos e Trieste, no campo da saúde mental, no valor de US\$ 651 mil. O convênio prevê o intercâmbio de profissionais santistas e italianos e a criação de toda uma infra-estrutura para, no prazo de um ano, implantar em Santos um sistema de atendimento no setor com base nas novas técnicas terapêuticas, que estimulam a reintegração de ex-pacientes no seu contexto social, mantendo apenas uma estrutura de atendimento ambulatorial e uma rede de comunidades de ex-internados.

A formalização de tal convênio, que deverá ser financiado integralmente pelo Departamento de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, da Itália, está agora em fase de tramitação diplomática. A expectativa é de que o acordo seja concretizado no início do próximo ano. O intercâmbio com Trieste, que envolve também a criação de um centro de formação de profissionais a partir das novas concepções terapêuticas, é considerado mais um passo pioneiro dentro da concepção prioritária que a Administração Democrática Popular está dando à saúde mental.



A única casa de saúde em todo o litoral Sul de São Paulo.

Merenda agora é refeição

*Luiza Erundina está provando que com vontade é possível mudar:
a merenda escolar está custando menos e passou a ter carne e frutas.*



padas para servir refeições aos alunos. Para viabilizar o novo cardápio estão sendo comprados 100 fogões de seis bocas, 600 geladeiras industriais, 600 freezers, 200 batedeiras, 600 panelas de pressão e 350 liquidificadores. Além disso, a Prefeitura adquiriu, através de licitação, 40 mil toneladas de alimentos, o que abastecerá as escolas até o final do ano.

Os alimentos semi-preparados, como sopas instantâneas, estão sendo complementados por uma alimentação caseira e nutritiva. Prova disso é volta da carne bovina, desaparecida do cardápio há quatro anos. As crianças têm hoje carne, legumes e frutas incluídos nos seus hábitos alimentares.

No entanto, a merenda escolar só será sinônimo de saúde se os alimentos forem preparados com higiene e carinho. Para garantir esta qualidade, as merendeiras passaram por cursos de capacitação, dados por sanitaristas e nutricionistas. No final de julho, cerca de duas mil profissionais participaram do 1º Encontro das Merendeiras da Cidade de São Paulo, discutindo com a Prefeita Luiza Erundina e os secretários municipais da Administração, da Educação e do Abastecimento a importância da Merenda Escolar e a criação do cargo de merendeira.

Fornecedores

Vender qualquer coisa para a Prefeitura de São Paulo era visto, pelos fornecedores, até o final do ano passado, como um negócio incerto, já que eram comuns os atrasos nos pagamentos. Para driblar esta situação, os fornecedores superestimavam seus preços e quem saía perdendo era o município. Hoje este quadro mudou. A Prefeitura vem pagando seus fornecedores rigorosamente em dia. Aliás, esta prática possibilitou uma economia de 40% do orçamento destinado à merenda no primeiro semestre.

Além disso, vários alimentos são comprados diretamente de pequenos produtores. A vantagem é que a Semab/SP vem conseguindo não só preços mais justos, como estimula os pequenos agricultores. E o mais importante: todas as compras são realizadas dentro da legalidade sem favorecimento de determinados grupos.

No 1º semestre, foram adquiridos 357 mil dúzias de ovos de galinha de 100 produtores ligados à Associação dos Produtores de Ovos do Oeste Paulista. O produto foi fornecido com 3% de desconto sobre a tabela da Ceagesp (Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo).

A banana nanica servida na merenda foi comprada de 70 famílias ligadas à Associação dos Produtores de Sete Barras. Nesta compra foi obtido um desconto de 13% sobre a tabela da Ceagesp. Para se ter uma idéia do que isto significa, basta um exemplo: a gestão anterior assinou um contrato com fornecedores intermediários de bananas, comprometendo-se a pagar 21% a mais que o preço da tabela.

Outra iniciativa que beneficiou pequenos produtores foi a compra de 120 toneladas de feijão carioca de 90 famílias do assentamento da Fazenda Pirituba, localizada em Itapeva (interior paulista), e de outros agricultores da região.

As 500 mil crianças, que permanecem quatro horas por dia nas escolas municipais de São Paulo, tiveram uma saborosa surpresa na hora do almoço. Desde agosto, elas estão recebendo diariamente uma refeição, que conta com carne bovina, peixe, ovos, cereais e frutas. Até então, estas crianças tinham direito no almoço a apenas um lanche.

De acordo com uma pesquisa realizada pela Escola Paulista de Medicina, metade das crianças da rede municipal de ensino de São Paulo, entre três e oito anos, é subnutrida. Este quadro se explica pelo fato de 70% dos alunos pertencerem a famílias com renda inferior a cinco salários mínimos. A subnutrição infantil é responsável pelo baixo rendimento escolar e problemas de saúde.

Esta situação só será revertida se o Poder Público investir de fato na merenda

escolar. E foi o que a mais importante prefeitura do País, comandada pela petista Luiza Erundina, decidiu fazer. Seu primeiro passo foi transferir a responsabilidade da Merenda Escolar, antes ligada à Secretaria de Educação, para a Secretaria Municipal de Abastecimento. (SEMAB).

Para 1990, está previsto o fornecimento de 120 mil toneladas de alimentos para a merenda, enquanto que a administração anterior distribuiu, em 1988, 26 mil toneladas para as unidades escolares. Para um universo de 750 mil crianças da rede escolar municipal, creches e centros de juventude são fornecidos atualmente cerca de 23 milhões de refeições por mês.

A chamada merenda seca, que inclui apenas mistura láctea, pão, bolo e frutas, servida em algumas unidades escolares, está sendo substituída. Estas escolas não tinham cozinhas equi-



15 mil lotes urbanizados

Com o sistema financeiro fechado e sem verbas federais, a prefeitura de São Paulo conseguiu em nove meses mais que qualquer governo anterior.

Quinze mil lotes urbanizados e financiamento e assistência técnica para a edificação de sete mil moradias. Estas são algumas das metas que a Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano (Sehab), do município de São Paulo, vai cumprir até dezembro. E o plano está sendo implantado, apesar da falta de recursos do Governo Federal, e da precariedade da máquina administrativa.

"Sabemos que nossa resposta é pequena diante da demanda habitacional emergente na cidade, que é de 670 mil moradias", lamenta Erminia Maricato, a Secretária da Habitação. Mas ela frisa que "nunca nenhuma administração municipal executou, com recursos próprios, um programa com tal amplitude". Somados o programa habitacional da Superintendência de Habitação Popular (Habi), da Secretaria, às 25 mil unidades em construção pela Companhia Metropolitana de Habitação (Cohab), de São Paulo, a administração petista vai entregar em um ano e meio quase 50% do que a Cohab construiu em seus vinte anos de vida. Além disso, a Prefeitura está investindo R\$ 12 milhões na recuperação de obras financiadas pelo Sistema Financeiro da Habitação.

Participação popular

Poucas semanas após a entrada do PT na Prefeitura de São Paulo foi acalorada a convulsão provocada pela falta de moradias. Esta reversão foi obtida graças à abertura de canais para a população acompanhar a política habitacional, debater as prioridades para o setor e as soluções de projetos. Estes canais são os fóruns regionais de moradia, que a Secretaria está promovendo em toda a cidade. Mais de vinte deles já foram realizados, com a participação de representantes de milhares de favelados, inquilinos de baixa renda e encortiçados.

Mas não bastaram os canais, representados pelos fóruns. A população que demanda por moradia, organizada em movimentos ou não, está vendo na prática a inversão de prioridades da administração petista com os programas especiais da Secretaria para atender a favelados, encortiçados etc. Hoje, a Sehab está implementando o processo de regularização de 108 favelas, garantindo o direito à terra para seus moradores. Até o final do ano, 5.300 famílias moradoras de 22 favelas serão atendidas por um programa especial de prevenção de risco. Outras 50 favelas serão urbanizadas ainda este ano. E haverá a construção de obras localizadas em centenas de outras.

Para atender às famílias que pagam aluguel e moram em habitações coletivas precárias, chamadas cortiços, a Sehab firmou convênio com diversas entidades para prestarem assistência jurídica e social. Calcula-se que, apenas nesse ano, mais de 70 mil famílias serão atendidas por este programa da Prefeitura.

Grileiros na cadeia

Pela primeira vez na história de São Paulo lotear clandestinamente dá cadeia. No início de setembro, graças à ação da Secretaria da Habitação, dois loteadores clandestinos, grileiros, da zona leste foram presos. Paralelamente às ações punitivas, a Prefeitura está colocando em prática um programa para regularizar os 2.800 loteamentos irregulares no município. Para tanto, organiza a população, cadastra os moradores desses loteamentos — quase sempre na periferia —, para depositarem em Juízo as prestações que eram devidas aos loteadores. Com estes depósitos a prefeitura obriga os loteadores a fazerem os melhoramentos necessários nos loteamentos ou ela mesmo faz. Garantindo a infra-estrutura, os proprietários têm condições de receber a escritura de seus lotes.



Divergência divide PT

Um terço dos 450 mil habitantes de Diadema, no ABC paulista, vive em favela. Com a segunda maior densidade demográfica do País — 15 mil habitantes por quilômetro quadrado — a cidade está numa das áreas de maior concentração industrial da América Latina. É nesse quadro, com um déficit de 50 mil moradias, que surge o episódio do "Buraco do Gazuza".

Manchete em todos os jornais, o "Buraco do Gazuza", no Jardim Casagrande, tem 150 mil metros quadrados. A área havia sido destinada pela Prefeitura à construção de mil moradias populares. O projeto foi feito em conjunto com a Associação de Construção Comunitária de Diadema. A Caixa Econômica estava para liberar verbas para a construção das primeiras 50 casas-piloto.

Segundo a Administração de Diadema, "havia uma situação em que se manifestavam interesses contraditórios entre grupos diferentes de trabalhadores. De um lado, um grupo de trabalhadores. De um jeito, um grupo organizado que estava na luta pela moradia há muitos anos. E, do outro, configurando uma composição heterogênea, famílias necessitadas, comandadas pelos vereadores Romildo Raposo (da Convergência Socialista), Manoel Boni (Causa Operária) e o vice-prefeito Antonio Justino. Estas famílias, fugindo de aluguéis exorbitantes ocuparam o terreno de forma desordenada".

O prefeito petista de Diadema, José Augusto, alega que "durante o processo, que levou mais de 30 dias, seguiu à risca as orientações partidárias e se colocou na busca incessante da negociação". Mas "houve um bloqueio deste caminho, pelas atitudes provocativas e manipuladoras dos três parlamentares, que buscavam sempre o confronto e o desgaste da Administração petista, através da violência".

Para a Administração de Diadema, "houve a necessidade de a Prefeitura buscar a reintegração de posse".

A ação da polícia, segundo sua opinião "foi resguardar a integridade física dos funcionários, que realizavam o cadastramento das famílias que ocuparam a área e se mantiveram no local."

Os vereadores e o vice-prefeito foram expulsos do partido pelo Diretório Municipal. No Diretório Regional as três expulsões estão sendo examinadas pela Comissão de Ética, que também avalia o comportamento político do prefeito no episódio.

Para a Administração de Diadema "houve a necessidade de a Prefeitura buscar a reintegração de posse". A Ação da polícia, segundo sua opinião, "foi resguardar a integridade física dos funcionários que realizavam o cadastramento das famílias que ocuparam a área e se manifestaram no local."

A Executiva Estadual do PT, avaliando a gravidade da situação em Diadema, se posicionou contrária à solicitação de reintergração de posse bem como à utilização de forças policiais na desocupação do terreno, apontando, desde o início, a negociação como o caminho para solucionar o problema. A partir da intervenção do Partido, através das Executivas Estadual e Municipal, foi feito um acordo entre a prefeitura e os ocupantes onde metade da área do Gazuza ficaria para os projetos da Prefeitura e a outra metade para os ocupantes, devendo a prefeitura providenciar a urbanização dessa área.

Os vereadores e o vice-prefeito foram expulsos do partido pelo Diretório Municipal. O Diretório Estadual constituiu Comissão de Ética para avaliar a conduta dos vereadores, do vice-prefeito e também do prefeito José Augusto Ramos que fora advertido pela Executiva por ter utilizado força policial na desocupação. O Diretório Estadual se reunirá dia 14 de outubro para aprovar uma posição sobre o problema.





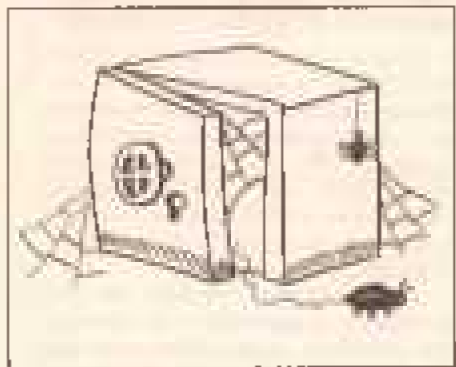
O orçamento discutido

A adaptação do projeto partidário a realidade de cada município, uma elaboração aprofundada. Daí a palavra de ordem de conciliar o orçamento com participação popular, em todas as prefeituras

Quando o PT assumiu a prefeitura de Porto Alegre, 1,3 milhão de habitantes, a folha de pagamentos do funcionalismo correspondia a 107% das receitas globais disponíveis. Em Campinas, 900 mil habitantes, a 100 km de São Paulo, o quadro não era diferente. Essa penúria, dramática para um partido político que praticamente estreava no exercício do poder municipal, era comum às outras 36 prefeituras conquistadas nas urnas de novembro de 1988.

Não houve tempo para lamúrias. A falência do estado, em particular dos municípios, era conhecida. Enfrentando um sórdida campanha de descrédito, o Partido dos Trabalhadores arregaçou as mangas e começou a colocar ordem nas administrações sob seu controle.

Reequilibrar uma dívida de US\$ 800 milhões, herdada de Jânio Quadros, por exemplo, foi apenas um momento nessa tarefa. A prefeita Luiza Erundina não hesitou em deixar de pagar as grandes empreiteiras e conseguiu fechar o primeiro semestre do ano com um superávit de caixa de NCz\$ 55 milhões.



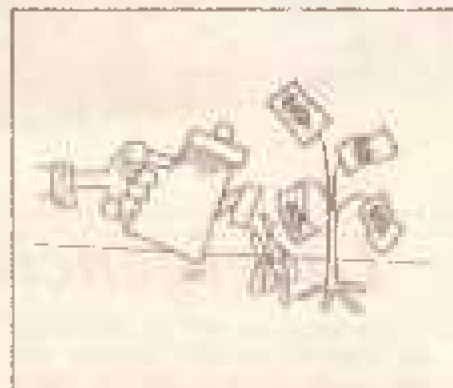
Era preciso, contudo, mostrar ainda mais. O partido era capaz de superar a crise herdada das administrações anteriores. O desafio começou a ser vencido a partir de uma primeira reunião realizada em São Paulo, em março, onde estavam presentes todos os prefeitos eleitos pela legenda.

Nessa reunião nasceu uma estratégia política coordenada das administrações do PT. A chave da questão, segundo o entendimento unânime dos prefeitos, era construir uma proposta orçamentária para 1990 marcada por uma ampla discussão e por forte participação popular. São vários os exemplos: Timóteo, Icapuí, Santo André, onde a população foi convocada através de out-doors a mobilizar-se para discutir o orçamento.

É esse o principal empurrão preparado para colocar as máquinas

municipais nos trilhos do projeto partidário, segundo entende o presidente do Instituto Nacional de Administração e Políticas Públicas, Antonio Dória.

"Não havia metas e programas de governo coerentes e claros para nossos prefeitos", afirma ele. As



tradicionais prioridades do projeto político partidário tinham que ser interpretadas à luz da realidade de cada local. Seu simples enunciado, abastecimento, transporte, meio ambiente, combate à corrupção, não bastavam para traçar um caminho comum para as prefeituras petistas espalhadas por todo o País.

A proposta de discussão do orçamento para 1990, com participação popular, no entanto, significava cumprir a promessa de democratizar as administrações, caminhando na direção da construção dos conselhos populares. Paralelamente, significava, também, estabelecer as prioridades de cada município, de acordo com sua realidade específica.

O exemplo de Vitória, uma das três capitais administradas pelo PT (ver box) mostra o acerto deste caminho. O inédito dos resultados da consulta, apontando a necessidade da administração municipal petista de Vitória priorizar a drenagem, bem como o poder de mobilização popular em torno da atividade política de discutir orçamento, surpreenderam dirigentes do Partido.

O Instituto, empresa de assessoramento técnico sujeita à orientação política do PT, dedicou-se de corpo e alma ao trabalho de coordenar essa discussão em nível nacional. Dos 31 municípios que permaneceram sob controle do Partido, 24 estão trabalhando em sintonia com o Instituto, revela seu presidente.

Nessa discussão, o dirigente petista formou a convicção de que "com o dinheiro disponível pelas prefeituras, não dá para fazer investimentos que alterem, a estrutura urbana, mas, na maioria dos mu-

nicipios, contudo, é possível alterar a qualidade do serviço público oferecido à população".

Para Dória, aliás, isto já está acontecendo com o serviço de saúde nos municípios de Campinas, São Bernardo do Campo e Diadema. Ele diz também que essa melhoria está sendo implantada nos setores de transporte e educação, tanto em Porto Alegre quanto em Santos, outras importantes administrações do PT.

Em Piracicaba, a 180 km de São Paulo, 255 mil habitantes, cita ele, saúde e educação aparecem como prioridade para a prefeitura petista. No orçamento para 1990, 50% dos investimentos do município devem ser direcionados para estes dois setores. A idéia básica, sustenta o técnico do PT, é fazer com que as administrações municipais "deixem de funcionar como instrumentos das empreiteiras", e passem a investir em obras apenas quando elas servirem à melhoria do serviço público.

Com esse objetivo, revela, a prefeitura de Santos (litoral de São Paulo) está comprando na Bahia uma fábrica de pré-moldados destinada à construção de creches e postos de saúde com um custo 1/3 menor que os oferecidos na região. A alternativa não era disponível nem no IPT nem na Unicamp, tradicionais laboratórios de tecnologia avançada disponíveis no Estado de São Paulo.

"Chega de construir grandes estruturas viárias com os 10 a 15% de



recursos dos orçamentos municipais disponíveis para investimento", protesta Dória, acusando as administrações anteriores de colocarem-se a serviço das empreiteiras. Esse servilismo era tão flagrante, argumenta, que foi fácil para os prefeitos do PT, arrancarem de empreiteiras e fornecedoras um abatimento sobre os contratos em andamento.

Houve casos, como o de São Paulo, revela Dória, que se conse-



Em Santo André, o uso do out-door para mobilizar a população.

guiu abatimentos entre 10 e 20%. Eles correspondem às "caixinhas" dos antigos administradores, e o fim dessa prática permitiu economias expressivas como aconteceu com a merenda escolar em São Paulo. Em fevereiro de 1989, a compra da merenda custou 20% menos que em dezembro, quando Jânio ainda administrava a capital. Descontada a inflação do período, o custo real caiu pela metade, contabiliza ele.

Tudo isso, no entanto, é apenas ponto de partida de um estilo de administração honesta empregada pelo PT. O corte de custeio das máquinas municipais na discussão orçamentária vai bem mais fundo, segundo o presidente do Instituto. "Havia uma discussão da necessidade de uma reforma administrativa", e, acrescenta, "havia quem acreditasse que ela fosse a salvação da lavoura".

Como outras discussões, também esta esbarrava na constatação de que era impossível pensar numa reforma administrativa sem um plano de governo, e portanto sem que a discussão do orçamento estivesse concluída. "Se o orçamento privilegiar serviços, pode ser que uma secretaria de obras, por exemplo, seja transformada em diretoria", exemplifica Dória com um exemplo extremo.

Outro aspecto importante na política orçamentária das prefeituras petistas é a política em relação às

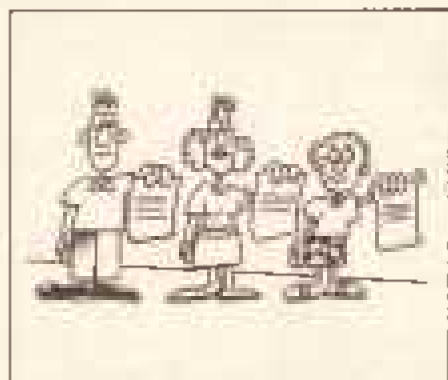
pela população

município exige discussões e
entrar esforços na discussão do
prefeituras petistas.



mobilizar a população.

empresas municipais. Piracicaba e João Monlevade, 55 mil habitantes, 110 km de Belo Horizonte, entendem que as tarifas de água e esgoto devidas às empresas do município devem ser reais. O ponto de vista é que as prefeituras petistas não devem subsidiar o consumo da indús-



tria, nem da população rica que consome água para piscinas.

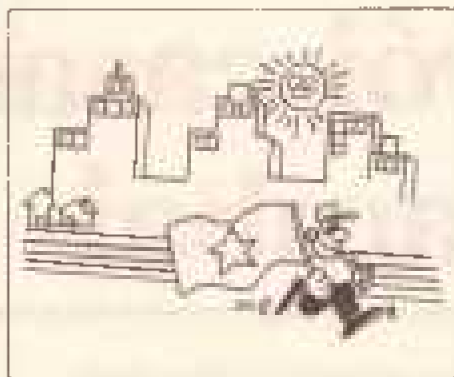
Segundo Dória, a dificuldade maior está em torno das empresas de desenvolvimento, criadas na época da ditadura com o objetivo de contornar a ineficiência da máquina dos municípios.

Em Santos, a administração petista está segura de que o serviço de lixo, sob responsabilidade da Prodesan-Progresso e Desenvolvimento de Santos, tem que ser transferido para a prefeitura, à medida em que lixo é por natureza serviço público. A unanimidade está no en-

tendimento de que nas prefeituras do PT tem que diminuir a abrangência dessas empresas. E, se for o caso fechá-las, inclusive, como é a tendência da prefeitura de São Bernardo do Campo em relação à Empresa de Desenvolvimento do município.

Privatizar o serviço público, de toda forma, está fora das cogitações dos prefeitos petistas. O transporte, por exemplo, que em São Paulo exige repasses de 1/6 do orçamento do município, que totaliza NCz\$ 3 bilhões, é um dos problemas mais delicados para a administração Erundina, mas nem assim há qualquer tendência privatista em relação à CMTC — Companhia Municipal de Transportes Coletivos.

Ao contrário, em Santos e Porto Alegre, onde o problema tem a mesma qualidade, as administrações petistas estão destinando re-



ursos para fortalecer o serviço municipal de transporte.

Também tem ocupado a atenção dos militantes e populares envolvidos em todo o país com a discussão do orçamento a questão do salário do funcionalismo municipal. A aplicação da regra constitucional que limita os gastos com a folha em 65% da receita orçamentária tem sido levada ao debate. Em Vitória e Porto Alegre, garante Dória, a opinião dos municípios ouvidos foi majoritariamente no sentido de que era necessário respeitar o limite constitucional.

O presidente do Instituto tem, no entanto, uma grave advertência à fazer a militância partidária sobre um "garrote que está sendo armado contra algumas importantes prefeituras do PT, como Porto Alegre, Campinas e São Paulo". Segundo ele essas prefeituras podem ficar sem nenhuma capacidade de investimento, caso tenham que pagar 25% do principal de sua dívida conforme previsto no projeto de orçamento da União para 1990.

As formas de participação

Cada uma das prefeituras do PT vem, a seu modo, experimentando formas de estimular a participação popular nas decisões administrativas de seu prefeito. Algumas como a prefeitura de Timóteo (MG) e Icapuí (CE), tiraram os conselhos populares do papel para transformá-los efetivamente em instrumentos de democratização do exercício do poder no município. Mas a mobilização política dos munícipes de Vitória na discussão do orçamento é o melhor exemplo da virada democrática que o PT propõe para o País.



Jamais uma discussão sobre os destinos de um município brasileiro envolveu tantas pessoas e tanto tempo. Depois de seis meses, consagrada por uma assembleia popular convocada pela televisão, a prefeitura do município de Vitória, administrada pelo PT, formulou sua proposta de orçamento para 1.990.

A capital do Espírito Santo tem 255 mil habitantes, vivendo em 60 bairros. Deles, 56 elegeram delegados em assembleias populares. Juntamente com representantes de sindicatos e associações, inclusive patronais, eles constituíram uma assembleia de 200 representantes cujo objetivo era elaborar o orçamento do município.

O processo começou em abril, quando esses representantes subdividiram-se em três grupos. O primeiro ocupou-se de estabelecer os critérios a serem adotados para a distribuição dos recursos destinados a investimento no município.

Durante três semanas esse grupo reuniu-se diariamente das 18:30 às 20:30 hs na prefeitura e acabou realizando um inédito trabalho de levantamento das

prioridades do município. Tabulando as respostas dos delegados, com notas e pesos específicos para carência de cada bairro, quantidade de habitantes e capacidade aquisitiva da população, o grupo selecionou os oito maiores problemas da cidade. O mais grave é a drenagem, seguido da contenção de encostas. O trabalho desembocou numa proposta de distribuição percentual dos recursos de investimento para cada um dos problemas apontados.

O segundo grupo discutiu a política tributária. Vitória é uma capital que cobra uma das alíquotas de imposto predial das mais baixas do país. Desse grupo nasceu a proposta de aumentar esse tributo.

O terceiro grupo se encarregou de discutir políticas setoriais: transporte, meio ambiente e educação. O resultado do trabalho do conjunto seria discutido numa assembleia geral a ser realizada no princípio de outubro. Ela vai decidir sobre o projeto orçamentário a ser enviado à Câmara Municipal. A assembleia vai escolher também uma comissão de acompanhamento da execução orçamentária.

Dossiê aponta crimes

A prefeitura de Campo Erê, oeste de Santa Catarina, dá o exemplo no combate às irregularidades.



Na assembleia popular, em Campo Erê, a denúncia das irregularidades.

Um dossiê contendo 663 páginas de irregularidades, ilegalidades e até atos criminosos realizados pela administração do PMDB em Campo Erê, extremo-oeste de Santa Catarina, entre 1983 e 1988, foi organizado pela atual administração petista, liderada pelo prefeito Waldemar Dalmagro.

O levantamento, feito pela Comissão de Auditoria da Prefeitura, foi apresentado a um público de 800 cidadãos, basicamente agricultores, reunidos pela prefeitura petista em Assembleia Popular. Decidido a mostrar que o PT não vai vacilar diante da denúncia de irregularidades e corrupção, a Comissão constatou desvios de material de construção, desaparecimento de material permanente da Prefeitura, compra exagerada de óleo diesel, material elétrico e pneus e uma série de outras arbitrariedades

contra a população campoerense.

A dívida deixada pela administração anterior foi de NCz\$ 538.822,56, além de um parque de máquinas completamente destruído e até uma escola-fantasma. A administração comprou materiais de construção ou pelo menos apresentou notas fiscais de material destinado a uma Escola Municipal que até hoje não está construída.

Os desvios e outros "rombos" da administração anterior, significam hoje NCz\$ 689.049,77, ou seja, a arrecadação do município de quatro meses. Com esse dinheiro, daria para comprar 6 caminhões-camamba ou distribuir NCz\$ 17,00 para cada habitante de Campo Erê.

O ex-prefeito foi interpellado judicialmente a dar explicações.

PT constrói casas em Amambai

Em nove meses de governo, muitas realizações, e um projeto orçamentário para 1.990 discutido com toda a população da cidade.

Construção de casas populares, de uma central de abastecimento da população, de postos de saúde, e a execução de um programa, de alfabetização de adultos são as principais prioridades da prefeitura de Amambai para 1.990. O programa, definido numa assembleia popular de 300 pessoas, depois de um trabalho de compilação de questionários respondidos em toda a cidade de 48 mil habitantes, é quem vai orientar toda a administração do orçamento daquela prefeitura no ano que vem.

Mas os petistas de Amambai, na fronteira com o Paraguai, não esperaram o novo orçamento para trabalhar. Com nove meses de governo eles já implantaram 300 hortas domiciliares. Além do adubo e da semente, a secretaria de agri-

cultura do município presta assistência na implantação e manutenção dessas hortas, e a assistência social realiza um trabalho de levantamento das vilas. Posteriormente, a prefeitura vai definir uma linha de ação integrando nos setores de saúde, agricultura e obras.

O plano, até o final do ano, é chegar a 500 hortas comunitárias. Nas vilas mais carentes, a secretaria da agricultura está vendendo verduras a preço de custo, ou seja, 50% mais barato que no mercado.

Na área de habitação, a prefeitura de Amambai está construindo, em sistema de Mutirão, o Conjunto Habitacional Nova Amambai, com 132 casas. Conjugadas, com 48,5 m² de área construída, num terreno de 200 m², já estão sendo executa-

das 28 casas.

Participam do mutirão 20 famílias. A secretaria de obras do município entra com o apoio técnico, arquiteto, engenheiros e mestre

de obras e com a confecção de tijolos em solocimento. Café da manhã, almoço e lanche, é fornecido pela assistência e promoção social da prefeitura.



Na fronteira com o Paraguai, mutirão reúne 20 famílias.



Prefeito derrota juiz em Icapuí

No litoral do Ceará, o povo e o PT sustentam que justiça social não é corrupção.

Difícilmente um prefeito do PT enfrentará uma greve tão incomum como a que ocorreu em Icapuí, litoral do Ceará, em agosto deste ano. Durante uma semana os funcionários municipais (quase 400) fizeram greve branca, os 3.800 professores também cruzaram os braços e até os estudantes fizeram passeatas a caminho da escola.

Toda essa mobilização se deu em solidariedade ao prefeito, Francisco José Teixeira (Dedê), a seu vice, Francisco Bezerra Neto e ao vereador mais votado do município, Raimundo Bonfim Braga, todos do PT, que tiveram seus mandatos cassados pelo juiz da 8ª Zona Eleitoral de Acarati, Jesus Moreira Lima. Um mandado de segurança suspendeu os efeitos da decisão.

A ação foi movida pelo candidato derrotado do PMDB, Raimundo Lacerda, que os acusou de abuso do poder econômico e aliciamento, apresentando como provas notas de compra de óculos, tijolos, telhas e filtros de água.

A sentença do juiz contrariou o parecer do Promotor da Justiça Eleitoral, Luiz Idelbug Mendes Parante, que afirmou não haver no processo provas que confirmassem as acusações: "pode ter havido erro formal, devido à urgência e velocidade das necessidades coletivas, mas não há prova irrefutável capaz de cassar mandatos outorgados pelo povo". O promotor afirmou, ainda, que "se deve ter presente que só existe abuso onde há sobras, onde há abundância de meios econômicos e principalmente se o ato de doar chegou a influir no resultado do pleito. No caso 'subjúdice' deve-se ter bem presente que uma prefeitura de uma comunidade como Icapuí tem por obrigação primária atender as necessidades básicas de seus munícipes".

Segundo o secretário de Saúde e Saneamento de Icapuí, Luis Odorico Monteiro de Andrade, as atividades da prefeitura na área de assistência social e de saúde vêm sendo desenvolvidas desde 1986, há três anos, portanto, e não apenas no ano eleitoral de 1988, como querem os opositores do prefeito.

A doação de óculos aos pescadores e trabalhadores das salinas, por exemplo, foi reivindicação do grupo de alfabetização de adultos que atua em Icapuí desde a gestão de José Aírton Cirilo. Cirilo elegeu-se em 1985 pelo PMDB e ingressou em 87 no PT.

A forte luminosidade a que estão expostos diariamente esses trabalhadores causa doenças oftalmológicas e foi isso que justificou desde a gestão anterior, a prática de distribuição de óculos aos trabalhadores das salinas.

Odorico, um médico de Fortaleza que vive há anos em Icapuí, também explica a distribuição de filtros feita pela Prefeitura: ela faz parte do programa de saúde e saneamento que visa



O prefeito de Icapuí é carregado de volta a seu gabinete na Prefeitura. Mensalmente, sua administração expõe, na parede de uma casa localizada no centro da cidade, as contas do município.

reduzir a grande incidência de parasitose na população. Em levantamento realizado por essa Secretaria e que cadastrou 100% da população, constatou-se que 93% das famílias de Icapuí bebem água de poço, sendo que 66,72% destas não realizam nenhum tipo de tratamento dessa água.

A distribuição do material de construção, explica o secretário, foi feita com base no levantamento realizado pela Secretaria de Saúde, que acusou a existência de 1540 casas de taipa (68% do total) e 550 com cobertura de palha. Ele ressalta que embora Icapuí lembre uma floresta de coqueiros onde a palha é abundante, o trabalhador tem de comprar a palha para seu teto do dono do coqueiro, que é também o dono da terra.

Odorico sustenta também que todos os projetos, tanto de distribuição de óculos e filtros, quanto de material de construção para melhoria de habitação, foram aprovados pela Câmara e executados com recursos destinados para tal.

"O sistema municipal de saúde foi uma das grandes realizações da gestão anterior e que terá continuidade na atual gestão. Hoje, 20% da arrecadação municipal está destinada à saúde e o conselho municipal de saúde, com representantes de bairros, criado no dia 7 de julho, garantirá o controle social do sistema", concluiu o secretário.

O juiz que condenou a administração petista não conseguiu disfarçar o preconceito com relação ao PT. "Apesar do trabalho admirável realizado na administração de Dedê Teixeira, eles (PT) agem como se fossem a própria lei", declarou Moreira Lima à imprensa.



O deputado João Alfredo (PT/CE) atribui a perseguição ao prefeito Dedê como consequência da luta contra a oligarquia local. As atividades pela emancipação do município, iniciadas em 1982, e, depois, a eleição de José Aírton Cirilo em 85, criaram uma forte polarização na cidade. "Na verdade eles nunca se conformaram com a perda do antigo feudo", denuncia João Alfredo, sustentando que "também não se conformaram com o fato da população ter eleito um professor e um pescador" para sua prefeitura.

Durante os dias em que esteve afastado Dedê declarou à imprensa que estava certo de sua volta: "vou voltar nos braços do povo e não através de aparato policial como Lacerda", garantiu o prefeito ao referir-se a seu afastamento do cargo por ordem judicial.

Foi o que aconteceu quando o prefeito petista ganhou um mandato de segurança que garantiu seu retorno ao cargo até que o caso seja julgado pelo TRE. No dia em que foi reempusado mais de duas mil pessoas o carregaram nos braços até a prefeitura.

Um paraíso tropical no Ceará

Icapuí, 11 mil habitantes, município do Ceará, deixou de ser distrito de Aracati em 15 de janeiro de 1985. Próximo à praia de Canoa Quebrada, esse paraíso tropical do nordeste brasileiro está localizado no litoral leste do estado, a 280km de Fortaleza. Os 22 núcleos habitacionais formaram-se nos 64km de litoral e ao longo da rodovia CE 201 que liga o Ceará ao Rio Grande do Norte.

Sua estrutura fundiária não difere da existente nos demais municípios do estado. Das 2.275 famílias cadastradas 1.556 (68,4%) não têm acesso à terra. Duas grandes empresas agrícolas concentram aproximadamente um quinto das terras cultivadas para plantio de caju e para uso da pecuária de corte.

A pesca sempre teve grande importância na economia regional. Da mesma forma que a agricultura, porém, é afetada pelo problema da concentração dos meios de produção nas mãos de poucas famílias: 90,46% das famílias do município não possuem barco.

Icapuí é o maior produtor do Ceará de petróleo em plataforma terrestre. Outra atividade extrativista é a produção de sal, que emprega aproximadamente 88 famílias. Essa atividade cuja área ainda não foi delimitada pelo IBDF, destrói importantes áreas de manguezais. Outra agressão ao meio ambiente é a pesca indiscriminada da lagosta. Os donos dos barcos usam mergulhadores que pescam inclusive a lagosta pequena.

Mudando o conceito de Educação

Com nove meses de governo as prefeituras do PT já mostram muitos resultados na área da educação. É o caso de Porto Alegre e São Paulo, bem como Amambai, uma pequena cidade petista no interior do Mato Grosso do Sul.

Além de aumentar o número de vagas em quase 30% nos primeiros oito meses de governo, a administração petista está mudando o conceito de educação em Porto Alegre. Longe de ser apenas um abrigo para a alimentação e a ocupação do tempo livre, a Secretaria Municipal de Educação está tornando a escola um local onde o aluno aprende e constrói o conhecimento. Em resumo, a escola está recuperando o seu papel fundamental, ensinar.

Para isso, a orientação adotada na Secretaria Municipal de Educação é valorizar e preparar o professor, através do programa de atualização pedagógica. São cursos, palestras e experiências didáticas que atualizam os educadores com as mais modernas conquistas da educação. A palestra da psicóloga Emilia Ferreira é um exemplo dessa política: mais de 15 mil educadores gaúchos lotaram o Gigantinho no dia 11 para ouvir a palestra.

A maior herança que se pode deixar aos filhos é a educação. A Secretaria Municipal de Educação está sintonizada com este sentimento popular, empenhada para que o aluno passe de ano e permaneça na escola, diminuindo a evasão. Com a redução da repetência mais crianças poderão estudar.

Com o fim do turno integral, ao invés de 20.638 alunos, a Rede Municipal tem agora 25.636. São mais crianças na escola, que ainda podem optar por atividades de lazer, cultura e esporte, implantadas com o programa de atividades alternativas, no turno em que a criança não está em sala de aula.

Mais crianças na escola também significa um maior número de crianças recebendo a merenda escolar. Para se ter uma idéia, em junho deste ano a Secretaria Municipal de Educação serviu 99.382 refeições a mais que no mesmo mês de 1988 e aumentou a compra de

alimentos em 26.168 quilos no período de março/abril: em 88 eram 51.712 quilos; em 89 são 77.880 quilos. Neste primeiro semestre de 89 foram concluídas seis escolas, abertas mais 155 novas turmas e contratados 336 professores — até o fim do ano serão nomeados mais 177. Mas a administração popular está fazendo mais do que apresentar número. O compromisso é com a coragem de mudar a escola, garantindo em primeiro lugar a aprendizagem do estudante, a herança sonhada por milhões de cidadãos brasileiros.

Atividades do Plano Semestral

O Plano Semestral da Secretaria Municipal de Educação, em Porto Alegre, RS, é muito claro em seus objetivos: dar prioridade um às classes populares, não só em termos de melhoria da qualidade de ensino como na preparação do corpo de professores para atender às exigências pedagógicas para aquela tarefa. E quando se fala em classes populares, aí ficam incluídos não só os 25.734 alunos matriculados nas escolas de primeiro e segundo graus, pertencentes ao Município, como também o contingente de analfabetos adultos.

Para mover a máquina administrativa-educacional, a Secretaria Municipal de Educação da capital gaúcha, sob o comando da professora Esther Pilla Grossi, identificou e trabalha em cima de seis itens básicos em seu plano semestral: a atualização pedagógica dos 1.688 professores em função docente ou de apoio; as atividades alternativas (complementares ao turno escolar formal) para os alunos, onde entra até o turismo escolar popular; a democratização das relações do professor e estrutura da Secretaria Municipal de Educação, e de ambos com os alunos e, por

extensão, a comunidade; a melhoria do estado material da rede escolar do Município e a sua equipagem (está prevista a conclusão de, entre outras coisas, uma escola para 900 alunos de primeiro grau); um capítulo especial para a educação de adultos (através da qual se tenta, em nível de capital gaúcha, reverter a situação deixada pelo extinto Mobral e por outras iniciativas fracassadas); a conclusão de obras especiais como a Usina do Gasômetro, antigo cartão postal de Porto Alegre e que agora está sendo recuperado para tornar-se um centro cultural para as

classes trabalhadoras, e o Ginásio de Esportes conhecido popularmente como Ginásio Tesourinha.

No terreno dos estudos, a educação especial e as dificuldades da aprendizagem, a adoção de um extenso programa odontológico nas escolas municipais e o estabelecimento de um programa de nutrição de escolares e os seus reflexos na sua integração pedagógica deverão ocupar diversos grupos do corpo funcional da Secretaria Municipal de Educação no último semestre do ano.

Paulo Freire quer mudar a cara da Escola Municipal

Em nove meses de gestão à frente da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, Paulo Freire consolidou as bases para implantação de seu plano de governo. A Secretaria passou por uma reforma administrativa e reinstituiu o Regimento Comum das Escolas Municipais, aprovado em 85 e cassado na administração passada. Por esse Regimento, os 654 Conselhos de Escola agregam representantes de professores, funcionários, alunos e comunidade e têm caráter deliberativo, participando ativamente dos destinos da escola e elaborando o Plano de Ação Orçamentária.

Desde o início da gestão vem se efetivando o Projeto de Reorientação Curricular, ponto fundamental da ação político-pedagógica que visa mudar a "cara" da escola municipal, tornando-a mais alegre, ao mesmo tempo séria. Professores e outros educadores vêm discutindo em cada escola propostas pedagógicas que caminham nessa direção, contando com a participação da comunidade.

Foram também estimulados os Grêmios Estudantis, com autonomia de ação, para assegurar a presença ativa dos alunos nas decisões que afetam sua categoria na escola.

A Saúde Escolar e a Merenda passaram da Educação para, respectivamente, a Saúde e o Abastecimento, e a Educação de Adultos (com 26 mil alunos e 960 educadores) veio do Bem Estar Social para a Educação. Este serviço, particularmente, vai integrar o MOVA — Movimento de Alfabetização e Pós Alfabetização de Adultos para a Cidade de São Paulo, que pretende, a partir de 1990, implantar e desenvolver dois mil núcleos para, inicialmente, atender a 60 mil educandos em um ano.

Ainda, a Secretaria integrou o ensino supletivo ao ensino de 1º grau,



que antes funcionavam em escolas separadas, economizando com isso um milhão e oitocentos mil cruzados novos.

Em termos de política salarial, o piso do professor em início de carreira (EM-1-A) foi reajustado em 1.195%, considerando-se o período de dezembro de 88 a setembro de 89, computando-se aqui o índice agora proposto ao magistério municipal, ainda não aceito pela categoria.

O secretário e técnicos da Educação Municipal têm realizado plenárias pedagógicas em bairros da cidade para ouvir diretamente da população queixas e sugestões que possam melhorar a escola. Até o momento foram promovidas duas, uma no Centro, outra na Zona Leste. Além disso, o secretário Paulo Freire tem se reunido com representantes de comunidades de várias escolas quando solicitado.

Esta ação incorporou-se, num certo sentido, no programa de formação permanente de pessoal, que também abrange cursos, seminários e debates promovidos periodicamente pela Secretaria.



Com 40 mil habitantes, na fronteira com o Paraguai, a prefeitura petista de Amambai promove um trabalho pioneiro de educação indígena. A proposta petista é alfabetizar os índios primeiro em seu idioma e apenas numa segunda fase na língua portuguesa. Na reunião, professores e monitores, que trabalham com a meta de educar 300 crianças no ano que vem,

Administração Municipal
O PT está à frente na defesa do meio ambiente nos municípios onde é governo. Em Vitória, ES, a luta contra a poluição é ponto primordial da Administração.

PT Mostrando a preocupação com a poluição das águas, e a cara que o Brasil terá, se ganhar a Presidência, Lula visitou, com prefeitos do ABC paulista, a represa Billings. A represa, que fornece água a milhões de habitantes, sofreu recentemente forte aumento da poluição, provocado pelas obras do governo estadual na calha do rio Tietê.

Prefeitos defendem o meio ambiente

Os prefeitos do PT não têm medo de cara feia. Foi o que o governador de São Paulo, Orestes Quércia, pode perceber no início de julho, quando os prefeitos petistas das cinco cidades afetadas pela poluição da Billings convocaram uma manifestação, com a presença de Lula, para protestar contra a barragem móvel construída por Quércia no Rio Tietê.

Ao inaugurar a barragem, no dia 10 de maio, Quércia jogou a Polícia Militar contra manifestantes do movimento ecológico que protestavam contra aquela obra. Ele é responsável por uma onda de poluição que atingiu a represa Billings comprometendo a única alternativa barata de abastecimento de água para a cidade de São Paulo.

A barragem móvel foi construída para desviar o curso do rio Tietê para o rio Pinheiros, de forma a permitir o trabalho de limpeza da calha do Tietê. A obra faz parte de um projeto de extinção de enchentes em São Paulo.

Mas, ao tentar resolver um problema Quércia criou outro, e mais grave ainda. Ao desviar o Tietê, ele conduz para a Billings, através do rio Pinheiros, todo o esgoto da cidade de São Paulo. Esse material é conduzido, através da Serra do Mar, até a usina Henri Borden, e de lá para o rio Cubatão e para o mar. Assim, uma única obra está comprometendo o meio ambiente e a água consumida pelas populações das cidades de São Paulo, São Bernardo, Santo André, Diadema e Santos, todas governadas pelo PT.

Técnicos da universidade de São Paulo condenaram a obra. Segundo eles, ela não evitará novas en-

chentes, uma vez que os esgotos, responsáveis pela elevação da calha do rio, continuam sem tratamento. Durante a construção da barragem, o movimento ecológico da região moveu uma ação contra o governo do Estado pela inexistência do RIMA-Relatório de Impacto no Meio Ambiente.

Mas a justiça não quis reconhecer a reclamação alegando que seria oneroso paralisar as obras apenas pela ausência do RIMA. O movimento pela preservação da Billings apresentou também à Constituinte Estadual uma emenda popular vetando o lançamento de efluentes, esgotos industriais e comerciais sem o devido tratamento em qualquer corpo d'água.



Ecologia em Vitória

O controle da poluição é prioridade da administração do prefeito de Vitória, Vitor Buaiz, uma das lideranças nacionais do movimento ecológico. As primeiras medidas foram tomadas em relação aos grandes projetos industriais instalados na cidade, como os da Companhia Siderúrgica de Tubarão e da Companhia Vale do Rio Doce. O controle se dá através da utilização de instrumentos administrativos para disciplinar o funcionamento de empresas poluentes ou potencialmente poluentes. Também está havendo rigorosa aplicação da legislação ambiental, através de ações jurídicas, no cumprimento de solicitação de medidas antipoluentes.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Vitória também está fiscalizando os recursos naturais,

promovendo o monitoramento das águas do balneário, protegendo os parques e recursos municipais, bem como delimitando a ocupação do manguezal. Em novembro, colocará em funcionamento a Usina de Lixo, que irá pôr fim à deposição no manguezal e em outras áreas. O lixo tem provocado a destruição do ecossistema, além do aparecimento de diversas moléstias na população moradora no manguezal.

Paralelamente a estas ações, a administração tem vários projetos em curso e vem promovendo diversos eventos, visando a educação ambiental. A campanha "Adote o verde", que vem sendo desenvolvida, com a finalidade de envolver a comunidade na conservação das áreas públicas é exemplo.



A administração de Vitória criou a Reserva Ecológica das Ilhas de Trindade e Martins Vaz, a fim de preservar a fauna e flora locais. Na foto, a Enseada dos Portugueses, com a vista do Posto Oceanográfico da Ilha de Trindade.

Parques saem de graça

Preservar e conquistar áreas verdes são marcos que a administração petista quer deixar em São Paulo. No início da primavera a cidade ganhou uma grande amostra dessa política. Depois de muitas negociações com uma grande construtora, a Prefeitura garantiu à população dois grandes parques, sem gastar um tostão dos cofres públicos.

Em troca da permissão para a construtora implantar um conjunto habitacional próximo ao Morumbi, a Prefeitura conquistou os dois parques. O primeiro é do tamanho do parque Morumbi, com quase 124 mil metros quadrados de área verde, lago, e nascentes. O segundo tem quase 15 mil metros quadrados. Além dos parques a Construtora vai doar 5 mil árvores para a Prefeitura plantar num bairro pobre da cidade e vai construir uma creche pública de 600 metros.



Desafio dos transportes mobiliza partido

Entre os serviços públicos das grandes capitais, transporte é o mais explosivo deles. Massas de trabalhadores de baixa renda têm sido conduzidas ao trabalho em condições inumanas. Em geral, esse serviço é explorado pela iniciativa privada que costuma auferir lucros fabulosos. E, até hoje, com a complacência e colaboração do Estado.

Mas o PT está disposto a enfrentar o problema. Por essa razão esse tema acabou transformando-se num dos problemas mais polêmicos das prefeituras administradas pelo PT. As propostas de mudança para o setor, discutidas em Santos, São Bernardo do Campo e Santo André, vêm enfrentando reações violentas dos proprietários das empresas privadas.

O confronto já produziu inclusive mortes, como a do motorista Anésio Pimenta dos Reis, em Santos. O debate interno quanto aos rumos a imprimir à política de transporte do Partido, privatização ou não, tarifa social ou não, por sua vez, já causou baixas em pelo menos dois secretariados do PT: Tereza Lajolo, de São Paulo e Jurandir Fernandes, de Campinas. Nessa página o Boletim Nacional pretende confrontar as opiniões e experiências das três prefeituras.

A municipalização em Santos

Um decreto do prefeito de Santos autorizou a Companhia Santista de transportes da cidade a intervir na Viação São Vicente Litoral, uma empresa particular que desde 1977 era responsável pelo atendimento de 65% do transporte público. A prefeitura garantiu a circulação da frota de 134 ônibus.

A municipalização do transporte coletivo tornou-se realidade em Santos quando a prefeita Telma de Souza interveio na Viação São Vicente Litoral LTDA, empresa particular com quem a prefeitura santista firmou, em 1977, contrato de concessão de diversas linhas e que passou a responsabilizar-se pelo atendimento de 65% da demanda de usuários.

O processo de municipalização foi desencadeado no final de março, por ocasião da greve dos motoristas e cobradores, que pleiteavam 38% de reposição salarial e equiparação com os trabalhadores da capital. Parte das reivindicações foi atendida, mas os empresários da região só concordavam com o aumento desde que pudessem repassá-lo às tarifas. Em Santos, o impasse culminou com a assinatura, em 28 de março, de um decreto, no qual o Executivo autorizava a Companhia Santista de Transportes Coletivos (CSTC) a intervir na Viação, garantindo a circulação de 134 ônibus pertencentes à concessionária.

No dia seguinte, o Executivo de-

clarava a garagem da empresa particular de utilidade pública, para fins de desapropriação, ao mesmo tempo em que rescindia o contrato de concessão de linhas à Viação. A Prefeitura passou, então, a exercer total controle sobre o transporte público no município.

Sem os 134 ônibus da Viação, devolvidos no dia 24 de julho, através de uma liminar, a Prefeitura e a CSTC montaram um esquema de emergência e colocaram em tráfego 60 microônibus, 20 peruas escolares e 30 táxis. No dia 4 de julho, a municipalidade entregou 26 ônibus e, no dia seguinte mais 14 adquiridos graças à aprovação, pela Câmara, de projeto autorizando empréstimo de 2,5 milhões de cruzados novos à CSTC. No dia 18 de julho entraram em operação mais 20 carros, ampliando a frota da companhia para 246 veículos. Mais sete ônibus foram adquiridos no dia 21 de agosto garantindo à CSTC a circulação de 253 coletivos, 39 dos quais elétricos (trôlêbus).

A posse da garagem e dos coletivos da Viação continuou sendo dis-



Anésio Pimenta dos Reis, assassinado por proprietários da Viação São Vicente.

cutida na Justiça que acabou concedendo nova liminar à empresa particular, devolvendo-lhe os bens imóveis. O cumprimento da ordem, dia 23, foi marcado pela violência causando a morte do motorista Anésio Pimenta dos Reis, da CSTC, espancado por prepostos da Viação.

Convencida de que o transporte, por ser um direito do cidadão, precisa estar respaldado financeiramente pelo governo, a prefeita Telma de Souza encaminhou ao Legislativo projeto criando subsídio na tarifa, através da destinação de 3% do orçamento do município. Mas a proposta foi rejeitada pela Câmara.

A prefeita do PT voltou-se, então, para estudos visando a criação de um Fundo Municipal de Transportes, formado por percentual de taxas de serviços relacionados ao setor viário, como estacionamentos particulares, estacionamento regulamentado e mesmo sobre o imposto de venda a varejo (IVV) que incide sobre a comercialização dos combustíveis. O Executivo também pretende garantir a municipalização das multas, assegurando ao município o recebimento dos valores referentes a penalidades aplicadas e que comporiam mais uma fonte de recursos para o Fundo de Transportes.

São Bernardo assume transporte

Uma fiscalização rigorosa feita pela prefeitura, que constatou diversas irregularidades nas empresas que operam o transporte público da cidade, levou à intervenção em três delas.

Número insuficiente de ônibus, desrespeito aos horários, carros em péssimo estado de conservação. Esse é o quadro geral do transporte coletivo em São Bernardo do Campo. Em consequência, os usuários sofrem, maltratados pela ganância do empresário do setor que, na ânsia pelo lucro, penaliza milhares de pessoas, obrigando-as a viajarem como gado.

As reclamações são frequentes. A melhoria do transporte coletivo encabeça a lista de reivindicações da população, de acordo com pesquisa realizada entre julho e agosto últimos, durante a discussão do Orçamento para 1990, em todas as regiões da cidade.

A Administração Popular e Democrática de São Bernardo do Campo, porém, desde que assumiu a Prefeitura vem atacando a questão do transporte de forma incisiva. Primeiro, através de rigorosa fiscalização, constatou diversas irregularidades nas empresas que operam o sistema. Resultado: intervenção em três — Auto Viação São Bernardo, Expresso São Bernardo e Expresso Rudge Ramos.

As irregularidades na Auto Viação São Bernardo eram tantas que motivaram a ocupação e a desapropriação da garagem e dos bens móveis da empresa, processo ganho na Justiça. As outras duas continuam sob intervenção da Prefeitura que, no momento, opera 45% do sistema de transporte coletivo no Município.

Os empresários estão sentindo que a administração petista não está brincando e prosseguirá o processo até a municipalização total do sistema. O primeiro passo já foi dado, com a aprovação, na Câmara, do projeto de lei que cria a Empresa Municipal de Transporte Coletivo (EMTC). A EMTC gerenciará toda a rede municipal e poderá, também, ter frota e garagem próprias, ou seja, ter linhas de ônibus operando e concorrendo com as empresas particulares.

Cumpra-se, dessa forma, o programa do Partido dos Trabalhadores, que orienta as decisões do prefeito Maurício Soares. As promessas do PT não se limitam ao palanque: viram lei e estão colocadas na prática, em São Bernardo do Campo.



Santo André: fiscalização rigorosa

Em Santo André, o prefeito do PT encontrou um sistema caótico de transportes.

Em um ano ele já tem muitos resultados para contabilizar nesta área.

Um ano de governo do PT em Santo André (ABC), 650 mil habitantes, será suficiente para que os transportes municipais mudem de qualidade. A aprovação pela Câmara, em julho, de um projeto do prefeito Celso Daniel, permitiu a criação da Empresa Pública de Transportes de Santo André (EPT) que no início do ano que vem estará operando 30 novos ônibus, o que significa uma oferta de transporte 15% maior para atender a população local.

É a forma como a Prefeitura de Santo André, segundo seu secretário de transportes, Nazareno Stanislaw Afonso, "está contribuindo decisivamente, junto com as demais prefeituras petistas, para que a política de transporte do PT ganhe cada vez mais confiança dos trabalhadores e venha a ser hegemônica em cada canto do país".

Ao assumir a prefeitura, relata Nazareno ao Boletim Nacional, o PT encontrou apenas dois fiscais de transporte escolar, linhas de ônibus sem quadro de horário, planilha tarifária feita pelo prefeito com os empresários, e, dos 265 ônibus, 120 tinham mais de 7 anos.

Resolvidos os problemas mais urgentes, a administração de Santo André começou a trabalhar no projeto de estatização dos transportes, com controle popular. Essa bandeira, segundo Nazareno, que desde 1984 acompanha as formulações políticas das assessorias técnicas de transporte do PT, se traduz na criação de empresas públicas de transporte, com participação no seu

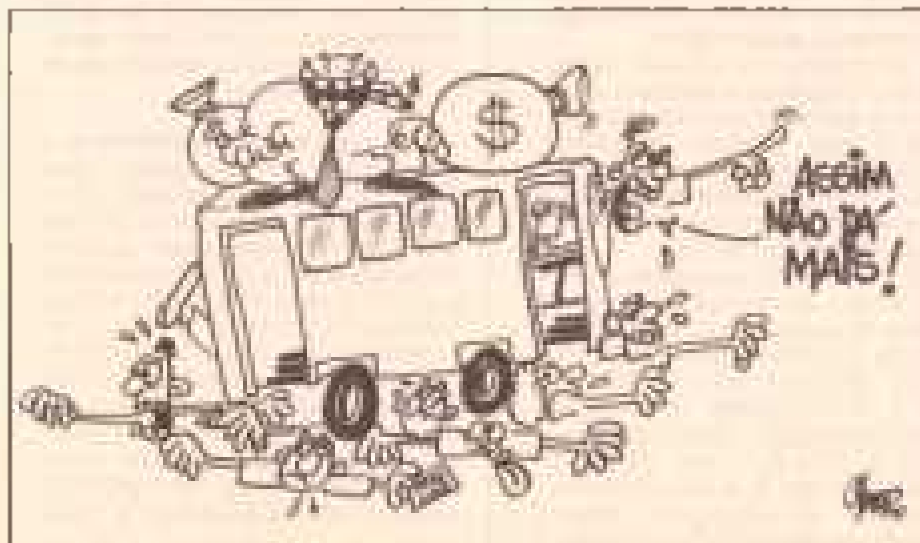
controle de trabalhadores e usuários.

É parte dessa política, acrescenta o secretário, a adoção de tarifas reais discutidas de forma transparente, através de conselhos tarifários compostos por representantes da sociedade, bem como a implantação da tarifa social, entendida como taxa dos que lucram e não pagam pelos benefícios conseguidos com o transporte, como a indús-

tria, o comércio e o mercado imobiliário.

A EPT-Empresa Pública de Transportes, fundada pela administração petista em Santo André, está sendo construída, segundo Nazareno, de acordo com esse modelo. No seu conselho de administração ela tem representantes dos usuários e dos trabalhadores da Empresa. Na sua supervisão, dentro da Secretaria dos Transportes, funcionará também um Conselho de Transporte, composto pelas principais entidades da sociedade civil, e encarregado de tomar as decisões sobre transporte no município.

A EPT, garante Nazareno, não será cabide de emprego nem de favoritismo. Para isso, legalmente, seu número de funcionários foi delimitado em sete por ônibus em operação e a apenas nove cargos de confiança. Segundo o secretário, a empresa tráfegará nos principais corredores de transporte da cidade e não arcará com o custo de fiscalização e controle do sistema. Ele ficará para o departamento de transporte Público da Secretaria dos Transportes.





O cerco contra o PT

A vitória do PT nas eleições de novembro mobilizou, de forma inédita e de um extremo a outro do país, uma forte campanha de ódio das oligarquias. Cortes de recursos como os que ocorreram em Janduí, uma pequena cidade no interior do Rio Grande do Norte, ou uma perseguição sistemática da grande imprensa, como a descrita pelo secretário de imprensa da Prefeitura de São Paulo, jornalista Perseu Abramo, são apenas dois exemplos das dificuldades adicionais que os prefeitos do PT estão enfrentando.



Localizado a 260 km a oeste de Natal, Rio Grande do Norte, Janduí, 5 mil habitantes, até o ano passado era governado pelo PMDB. Seu prefeito, então um psiquiatra consciencioso, mantinha aquela prefeitura como um modelo de administração graças as verbas que conseguia junto a LBA, ao Ministério do Interior, tudo a fundo perdido e de acordo com o velho costume das oligarquias de distribuir benesses onde o partido da situação mantém seu controle.

Mas, em novembro, um grupo de militantes saídos de sua própria base, e vestindo a camisa do PT, ganhou as eleições. Foi o bastante para que se desencadeasse a nível do estado e do governo federal um processo de bloqueio de todos os recursos que alimentavam a experiência modelar da prefeitura de Janduí.

O hospital com cinco médicos, a distribuição de merenda para toda a população escolar, a distribuição de sementes para os agricultores, tudo

acabou. Em fevereiro o novo prefeito, o petista Antonio José Bezerra, contabilizou uma receita que correspondia a metade das despesas do município, antes coberta pelos repasses. Estrangulada financeiramente a administração petista viu sua prefeitura modelo transformada em problema político grave.

A alternativa era arrumar algum dinheiro enquanto trabalhava para alterar a estrutura do município. O hospital por exemplo, precisava adaptar-se a nova realidade e limitar seu universo de atendimento que alcançava a população da região, calculada em 100 mil pessoas.

Na tentativa de adaptar-se o prefeito petista foi forçado a fechar a fábrica de queijo da prefeitura que fornecia o produto para a merenda escolar. Os cortes foram profundos, mas a administração petista não perdeu a dimensão política da questão: o prefeito ficou sem salário, e deixou de pagar o aumento que os vereadores se concederam numa bancada em que o PT é minoritário.

Um ataque de classe

A tentativa é despolitizar, desmoralizar, desqualificar e demonstrar incompetência, incoerência e contradição. O alvo predileto é São Paulo. Mas o inimigo maior da burguesia é o PT, a classe trabalhadora e o socialismo.

O tratamento que a Imprensa Privada dispensa à Prefeitura de São Paulo tem cinco características principais:

1. **A despolitização.** É a tentativa de desqualificar o significado político da vitória eleitoral do PT. Faz-se de tudo: busca-se a desmoralização da figura da prefeita e dos membros do Governo, pela folclorização e pela ridicularização. Muito disso foi frustrado, pela postura do Governo e pela sua recusa em cair nas armadilhas.

2. **O descrédito.** Afirma-se a incompetência do Governo. A herança dos desmandos das administrações anteriores é deliberadamente ignorada ou minimizada; da mesma forma, o boicote financeiro dos Governos estadual e federal. Falhas e hesitações das primeiras semanas são super-enfatizadas. Cria-se artificialmente a imagem negativa de uma administração catastrófica e de uma cidade em colapso. São selecionadas situações específicas (coleta de lixo, ambulantes, trânsito, transportes, saúde), que são retiradas de seus contextos episódicos e transitórios e desvinculadas de suas causas estruturais e históricas. E são apresentadas a todo o País como características iminentes e definidoras de um governo petista.

3. **A contradição.** Manipula-se o significado das diferenças entre "partido" e "administração". Trata-se de negar a existência de uma classe trabalhadora capaz de atuar dialeticamente no nível institucional e no nível da mobilização popular, política e partidária, e de agir no imediato mas com olhos no futuro. A escolha de um secretário ou de um assessor é negada como sendo o que realmente é — uma opção entre alternativas igualmente válidas — para ser travestida de "divergência", "disputa interna fratricida" e "traí-

ção". Tenta-se demonstrar a desunião, ou seja, a incapacidade de os trabalhadores terem atuação política enquanto classe.

4. **A incoerência.** É a tentativa de demonstrar que o "PT no Governo" é diferente do "PT na oposição". Ainda mais uma vez é uma forma de descontextualização e de recriação artificial de um contexto irreal. Escamoteiam-se deliberadamente as dimensões de tempo, espaço, conjuntura e circunstâncias, que é o que dá significado real a atos e fatos. Fragmenta-se arbitrariamente a realidade para compararem-se idéias e propostas isoladas, e até mesmo frases e pedaços de frases. A tentativa é a de reduzir um projeto histórico e estratégico (a revolução socialista) a uma ambição imediatista e oportunista (a busca do poder pelo poder).

5. **A indiferenciação.** Aqui, trata-se de descrever a atual Administração, petista, como exatamente igual às suas antecessoras e a quaisquer outras, não petistas. Escondem-se intencionalmente mudanças de objetivos e de métodos, de propósitos e de procedimentos, de prioridades e de desprivilegiamentos. O objetivo é negar o PT como proposta nova e diferente. É como se dissessem: é melhor conservar o que aí está (o mundo capitalista e a dominação burguesa) por que não há possibilidade ou esperança de transformações (o governo dos trabalhadores e o socialismo).

A Imprensa Privada, porta-voz da burguesia, é também um de seus principais exércitos, poderoso e sem escrúpulos: na imensa maioria das vezes, omite, distorce, manipula e mente. Um de seus alvos prediletos é a Prefeitura de São Paulo. Mas o inimigo real que a burguesia busca destruir com sua luta é o socialismo, a classe trabalhadora e o PT.

A recuperação das perdas salariais

O PT se preocupou em valorizar o trabalho do funcionalismo democratizando a relação dentro das prefeituras que administra

Acabadas as comemorações da posse, as prefeituras do PT cuidaram de pôr ordem na casa. Em relação ao funcionalismo havia duas preocupações. A primeira foi a de reparar as perdas salariais herdadas das administrações anteriores.

Outra preocupação foi valorizar o papel do funcionalismo na administração, democratizando as relações dos escalões superiores das prefeituras petistas com o funcionalismo em geral e suas entidades de classe. O direito à reunião, à livre organização, à abertura das contas do município para orientar as discussões salariais foram algumas medidas que os prefeitos do PT adotaram em todo o país.

Isso, no entanto, não tornou as prefeituras petistas imunes aos des-

calabros da política econômica do governo federal e da centralização tributária, que deixou os municípios brasileiros à beira da falência. Nesse quadro, acuados por uma inflação de mais de 30% ao mês, e se valendo de uma capacidade de organização maior nas administrações controladas pelo PT, os funcionários dessas prefeituras levaram suas reivindicações até a greve.

Mas também aqui, os prefeitos do Partido dos Trabalhadores se distinguiram dos antecessores. Os aplausos que Luiza Erundina conseguiu numa assembleia dos grevistas da prefeitura de São Paulo são um exemplo disso. Ela levou uma contraproposta aos grevistas, envolvendo na discussão do reajuste setores do movimento popular. Sua

contraproposta defendia a suspensão de alguns projetos e obras ainda não contratadas para poder conceder em relação às reivindicações do funcionalismo.

Paralelamente à reforma administrativa em execução, o funcionalismo municipal de São Paulo coloca hoje como reivindicação a mudança da lei que limita os gastos da folha de pagamentos a 58% das receitas do município.

A administração municipal e o partido, por sua vez, têm conclamado o funcionalismo a envolver-se nos esforços pela aprovação pela Câmara da reforma tributária que permitiria entre outros benefícios, assegurar ao funcionalismo um reajuste mensal de salários, segundo os índices apurados pelo DIEESE.

Correção é pelo Dieese

Justiça salarial para seus funcionários, mas sem paternalismo

Aplicar os índices de reajuste salarial do Dieese foi, de imediato, a política adotada por grande parte das prefeituras petistas para o funcionalismo municipal. Era até uma questão de entender que o direito ao salário justo é um direito inviolável do trabalhador.

Mas não demorou muito para que as administrações do PT percebessem que era preciso muito mais que uma política salarial para trabalhar sua relação com o funcionalismo das prefeituras. A desmotivação e a apatia em geral, os mais velhos aguardando o momento da aposentadoria e os jovens contaminados pela falta de perspectiva provocada pelos desmandos das administrações anteriores, foi o quadro enfrentado pelos prefeitos do PT ao assumirem a rotina das suas administrações.

Esse clima geral era agravado pela defasagem salarial, responsável por uma situação deplorável do funcionalismo, particularmente nas faixas de renda mais baixas. Não havia plano de carreira, bem como planos de cargos e salários, gerando situações de injustiça flagrantes, como remuneração igual para funções de complexidade diferente ou remuneração idêntica para funções equivalentes.

Esse quadro, sustenta o economista Gilval Mosca Froelich, técnico do Instituto Nacional de Administração e Políticas Públicas, é agravado pela desmoralização dos funcionários junto à população.

Segundo Froelich, a decisão de aplicar os índices do Dieese, a princípio correta, acarretou complicados proble-

mas orçamentários, levando a folha de pagamento a pesar cada vez mais nas despesas dos municípios. "A adoção pura e simples do índice, sem qualquer discussão política com os funcionários, soou de forma paternalista e passou a ser exigida", diz Froelich.

Em alguns casos — admite ele — os funcionários recorreram à greve passando a acusar a administração petista de atitudes patronais. Persistir na atual posição, defende, insistindo em manter a qualquer preço o índice do Dieese, é uma atitude politicamente incorreta. "É preciso colocar a questão salarial dentro dos limites orçamentários."

Outro aspecto lembrado por Froelich na questão da política petista para o funcionalismo das prefeituras é o da tentativa de eliminar focos de corrupção e oposição mais visíveis. Houve no entanto — afirma ele — enorme variedade de comportamentos, desde posições timidas, que consistiram em não mexer na estrutura existente, optando pela criação de estruturas paralelas, até posições autoritárias e antipáticas, que consistiram em impor, desconfiar, enquadrar e até demitir sem motivo claro.

O que é necessário, defende o técnico do Instituto, é estabelecer uma política clara de recursos humanos, e instituir critérios para a realização de uma reforma administrativa profunda, com concursos públicos, e um plano de cargos e salários. Mas tudo isso, assim como uma reforma administrativa necessária, tem, na opinião do técnico, que estar sujeito ao plano de governo.

Receba as publicações do PT

Basta fazer a sua assinatura enviando este cupom juntamente com um cheque nominal ao Partido dos Trabalhadores — Av. Onze de junho, 260, CEP 04041, São Paulo/SP — Departamento de Circulação.



Boletim Nacional — NCz\$ 15,00 — 12 edições

Revista Teoria & Debate — NCz\$ 45,00 — 4 edições

Não envie vale postal

Não tem cheque?

Procure o seu diretório e faça as assinaturas

Nome.....

Endereço.....

CEP..... Cidade..... Estado.....

PT

Administrações Municipais

MURAL

Prefeitura fecha Adrisyl

Depois de 12 anos de luta, os moradores de Vila Mussolini, em Rudge Ramos, município de São Bernardo do Campo, tiveram este ano um motivo muito especial para estourar um champanhe. A prefeitura, dirigida por Maurício Spares, do PT, através da Secretaria de Obras, cassou o alvará de funcionamento e lacrou as instalações da Adrisyl Resinas Sintéticas.

A decisão, adotada logo no início da administração, foi motivada pelo funcionamento irregular da empresa que colocava em risco a segurança da população vizinha à fábrica. A indústria continuava a produzir sem levar em conta que quase 80% de suas instalações estavam comprometidas em função do incêndio ocorrido em novembro do ano passado.



Saneamento em mutirão

Saneamento básico implantado pela própria população. Esta experiência está sendo desenvolvida com sucesso pela Prefeitura de São Bernardo.

A Administração entra com o material e máquinas e a população com a vontade de ver seu bairro melhor. Os mutirões acontecem nos finais de semana e, até agora, já foram implantados, com esse método, 2.000 metros de rede de água e outros 2.000 de rede de esgoto. Além disso, a própria manutenção — limpeza, capinação de terrenos e acessos em favelas — também conta com a participação direta dos moradores.

Mansão Matarazzo

Nenhum centavo foi gasto pela prefeitura de São Paulo com a desapropriação da mansão da família Matarazzo, na avenida Paulista, ao contrário do que temiam os antigos políticos ligados à velha oligarquia. O imóvel, construído em 1906, cujo valor é estimado em 120 milhões de dólares e que já se encontrava em processo de tombamento pelo Patrimônio Histórico, está sendo comprado em nome do Tribunal de

Recursos. Os herdeiros da Casa Matarazzo, com toda a propriedade que caracteriza o comportamento das classes dominantes do país, tentaram demoradamente a venda sem qualquer sucesso. O que é considerado um processo de tombamento.

Eles se esqueceram de que a velha oligarquia já não comanda mais a prefeitura de São Paulo.

Matadouro Municipal

Reforma e ampliação do matadouro municipal, fornecendo carne sadia à população, recuperação das áreas sanitárias aumentando a distribuição de água potável tratada, ampliação do atendimento médico, ampliação da frota municipal e reforma completa das instalações de administração pública da Central (SP), 6 mil habitantes. Outra preocupação da prefeitura de São Bernardo é a reformulação do planejamento público e a reformulação da administração para uma reforma administrativa implantando planos de carreira e elevando a recuperação dos salários. A prefeitura está, ainda, apostando a criação de uma Associação Comunitária de Agricultores que irá beneficiar aproximadamente 500 pequenos produtores.

Lazer gratuito

Crianças de até 12 anos de idade têm lazer e diversão garantidos em São Bernardo do Campo. Desde julho último, a Cidade da Criança, um amplo espaço com brinquedos e muito verde, tem entrada gratuita para os menores que moram no Município. Até então, tanto a entrada quanto os brinquedos eram pagos — e caros —, o que afastava da Cidade da Criança os moradores de São Bernardo. Era um local turístico para quem tinha dinheiro, e o grande número de pessoas que frequentavam moram em outras cidades.

Desde julho, a Cidade da Criança mudou de cara. E a garotada de São Bernardo assumiu o que lhe é de direito. Da mesma forma, o Parque Ecológico Chico Mendes, uma ampla área verde, com quiosques, minizoológico, teleférico e outras atrações, que está localizado às margens da represa Billings, também tem entrada gratuita para a população de São Bernardo. Em resumo, os espaços de lazer voltaram para as mãos de quem os mantêm: a população do Município.

Trabalho de Cosmópolis

Recuperação dos salários dos servidores, redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, uma creche, duas pré-escolas e um miniponto-socorro, além de pavimentação com recursos próprios municipais e iluminação pública duas vezes maior do que a realizada em seis anos pela gestão anterior constituem uma amostra do trabalho que o prefeito petista de Cosmópolis — interior de São Paulo, 30 mil habitantes —, José Pivatto, pretende realizar.

A população é que tem orientado os planos de governo. Os projetos de saúde e educação avançam com vigor e o esporte ganha as ruas e as praças. É assim que o PT mostra como fazer um governo transparente voltado às reais necessidades da população.

Prefeitos expulsos

O crescimento eleitoral do PT levou a expulsão de diversos municípios. Porém a própria política partidária de depurar cada caso, cinco dos feitos, foram expulsos do partido por fazerem acordos com o poder econômico.

Os prefeitos das cidades mineiras de Santana da Vargem, Santana do Manhuaçu e Dionsio foram presos pelos facéis do chantageiro do governo do Estado que manipulou os recursos que dis-

ponham para obras públicas. Em Santana da Vargem o prefeito chegou a assinar uma ficha de filiação partidária em branco, e entregou a um assessor. O prefeito de Guaporé, foi igualmente expulso por se deixar cooptar pelo poder econômico. Enquanto que o prefeito de Rio Grande (RJ) foi afastado pelo diretor municipal, frente ao parecer da Comissão de Ética que pediu sua exclusão por quebra de disciplina interna e falta de lealdade partidária.



Convergência rompe com política do PT

Enfrentar os impasses da conjuntura tem sido mais difícil em todo lugar onde atuam militantes da Convergência Socialista, porque, sistematicamente, eles vêm adotando atitudes contrárias à política definida pelo PT. Segundo o secretário geral do PT, José Dirceu, há consenso dentro do Partido de que esta situação é inaceitável. Do jeito que os conflitos com a Convergência vêm se desenvolvendo, acredita Dirceu, "será inevitável que eles saiam ou sejam expulsos individualmente do PT, caso insistam em continuar passando por cima das resoluções do Partido".

A difícil convivência das instâncias partidárias com a Convergência Socialista agravou-se em seguida à posse dos prefeitos eleitos em novembro. A di-

vergências aguçaram-se a partir do Sul, quando o prefeito de Porto Alegre, Olívio Dutra, no enfrentamento com os empresários dos transportes, sentiu-se apunhalado pelas costas pelo vereador da Convergência José Alvarenga. O diretório Municipal tomou a posição do prefeito, e criticou o vereador.

A intervenção da tendência na luta salarial dos funcionários da prefeitura de Timóteo (MG) e São Paulo radicaliza esse quadro. Em meados de agosto a Comissão Executiva Nacional do PT decidiu advertir publicamente a Convergência Socialista, no que foi seguida por várias instâncias partidárias: executivas estaduais de São Paulo e Minas Gerais, municipal de São Paulo e Nova

Friburgo, bem como bancadas como a do Rio de Janeiro.

As contradições, no entanto, foram levadas ao paroxismo em Diadema. A atuação da Convergência numa questão de terra local levou o Diretório Municipal a expulsar um vereador da tendência, junto com outro da Causa Operária, mais o vice-prefeito, Antônio Justino.

Acusando as administrações petistas de contrariarem os princípios partidários, a Convergência tenta, na opinião de Dirceu, confundir as bases do PT. Na verdade, ela está apenas tentando tirar partido próprio desses conflitos, à medida em que sequer tem políticas para os problemas que denuncia. "Eles querem, por exemplo, congelar tarifas

de ônibus, com inflação correndo a 40% ao mês", argumenta José Dirceu.

Na opinião do secretário geral, a Convergência não pode passar por cima das instâncias partidárias e dar-se o direito de dizer se é correto ou não o que os prefeitos do PT estão fazendo. Para isso, sustenta, há diretórios e instâncias às quais podem recorrer para censurar atos das administrações que julguem condenáveis.

A proposta de advertência da Convergência está na pauta de discussão do Diretório Nacional do Partido, que tem reunião marcada para final de outubro. A Convergência é acusada de contrariar as resoluções do 5º Encontro, que regulamentam a existência de tendências dentro do Partido.



Os posseiros saíram da terra em silêncio carregando seus poucos pertences.

Sul vive um clima de guerra

Um batalhão de 400 soldados armados de bombas de gás, metralhadoras e granadas invadiu atirando, na madrugada do dia 16 de setembro, o acampamento dos lavradores sem terra que desde o dia 4/9 haviam recuperado a fazenda São Vicente, em Palma Sola, Oeste de Santa Catarina.

As 700 famílias, cerca de 2 mil pessoas, que já haviam ocupado a fazenda no dia 12 de julho, fecharam, com o Incra e o governo do Estado, o acordo de deixar a área e aguardar 60 dias a desapropriação de outras terras para o assentamento. Passaram-se 90 dias e nada aconteceu. Os sem-terra reocuparam a terra e a resposta foi uma violenta repressão que resultou em uma morte — a do lavrador Olívio Albani, 40

anos, 5 filhos —, 72 feridos e a prisão de 6 lideranças.

Após o massacre a polícia se retirou e as famílias se refugiaram próximas à área em local cedido por um pequeno proprietário. Mas a polícia promete dispersar também esse acampamento.

O mesmo clima de guerra predomina em Ronda Alta (RS) onde os agricultores sem-terra que ocuparam a fazenda Arvoredo cavaram trincheiras ao longo de mil hectares para resistir à tentativa de desalojamento pela brigada militar. Os ocupantes afirmam que só sairão com a garantia de assentamento do governo estadual. O governador Pedro Simon declarou que não determinaria novas compras de terras enquanto não acabassem os focos de tensão rural.



Em defesa dos Yanomani

O Centro Ecumênico de Documentação e Informação, CEDI, em co-edição com a CCPY — Comissão pela Criação do Parque Yanomani, e o CIMI — Conselho indigenista Missionário, publicou o Caderno Especial "RORAIMA: O AVISO DA MORTE". A dramática situação vivida pelo povo Yanomani, cujo território ancestral está sendo agredido pela invasão de milhares de garimpeiros, é retratada na publicação, bastante rica em documentação fotográfica. A gravidade da situação, revela o documento, é acentuada pe-

las profundas agressões ao meio ambiente, devido ao uso de mercúrio, assoreamento do leito dos rios e desmatamentos indiscriminados.

Reunindo depoimentos de uma equipe da "Ação pela Cidadania" que investigou "in loco" a dramática situação vivida pelos Yanomani, o Caderno Especial "Roraima: o aviso da Morte" incorpora ainda mapas e documentos. Preço NCz\$ 5,00. À venda nos seguintes pontos: CEDI/SP, Av. Higienópolis, 983 fone 825-5544. CEDI/RJ, Rua Cosme Velho, 98 fone 205-5197.

A arrancada da vitória



O grande comício na Praça da Sé, em São Paulo, conseguiu ilustrar a força da campanha Lula e a importância da guerra da militância

O grande comício de 17 de setembro (domingo) na Praça da Sé, em São Paulo, foi o ponto mais alto da campanha de Lula até agora. Mais de 50 mil pessoas lotaram a praça durante toda a tarde e no início da noite, apesar do frio e de uma chuva fina que caía vez por outra. E o comício não impressionou só pela presença, mas também pela vibração.

"Nenhum outro partido conseguiu colocar tanta gente na rua", disse Lula na Praça da Sé. E isto não foi verdade apenas naquele dia. Desde 13 de maio, com o lançamento da Frente Brasil Popular em São Bernardo do Campo, até 21 de agosto, quando se realizou a apoteótica passagem de Lula por Belém do Pará (3 mil pessoas entusiasmadas esperando no aeroporto, 15 mil no comício), só com a participação do Lula foram realizados 67 comícios, plenárias e atos públicos, sendo 37 em capitais e 30 no interior, com a presença de mais de 330 mil pessoas, o que dá uma média de mais de 5 mil em cada uma destas atividades.

Desde o início a candidatura Lula-Bisol vem criando as principais manifestações de massa da campanha eleitoral. No período recente, elas têm sido ainda maiores. A base social e a capacidade de mobilização da militância sempre foram as marcas e os maiores trunfos da

Frente Brasil Popular. Agora a militância entra em ritmo de vitória. E isto se soma ao efeito da televisão e do rádio. Lula já tinha sido o grande destaque do "Palanque Eletrônico" da Rede Globo. Agora temos o melhor programa do horário eleitoral: o mais ágil e o mais político.

A virada começa a aparecer também nas pesquisas eleitorais (nunca muito exatas, mas que dão alguma idéia da situação). Lula está crescendo, e o até pouco favorito da mídia, Collor, vem caindo.

Começou a arrancada da vitória!

Militância

A candidatura Lula-Bisol sofre um boicote da imprensa, principalmente quando esta tenta desmoralizar



A praça ficou lotada de gente.

zar as administrações petistas. Para vencer esse obstáculo, e as dificuldades financeiras da campanha, os militantes e simpatizantes da Frente Brasil Popular vão ter que ganhar votos no corpo-a-corpo.

O Comitê Lula Presidente já tem receitas simples, que vão garantir a ida de Lula-Bisol para o segundo turno. Em primeiro lugar, diz o comitê, é preciso recrutar pessoas para a campanha, e multiplicar os comitês da Frente. Esses comitês devem distribuir a propaganda oficial, mas também podem providenciar material próprio, tratando de problemas locais.

Nesse processo, a militância deve estar bem informada para mostrar que a candidatura Lula é a única nova, que defende os interesses da classe trabalhadora e dos que vêm pagando a conta da crise do capitalismo. A militância — segundo documento de linha básica do Comitê Nacional — precisa conhecer as obras e mudanças introduzidas pelas prefeituras petistas, e as dificuldades que elas enfrentam na implantação de um governo popular.

Por último, é necessário — afirma o documento — levantar recursos para a campanha, que depende de pequenas contribuições. Por isso, cada propaganda e cada conversa deve levar o número da campanha: conta 13.000-1, agência 0300-x, Banco do Brasil, Lula 89-PT.

Hino da Campanha

*Passa o tempo
Tanta gente
A trabalhar
De repente
Essa clareza
Pra notar
Quem sempre foi sincero
E confiar
Sem medo de ser feliz
Quero ver chegar*

*Lula lá
Brilha uma estrela
Lula lá
Cresce a esperança
Lula lá
Um Brasil criança
Na alegria de se abraçar*

*Lula lá
Com sinceridade
Lula lá
Com toda certeza
Pra você
Meu primeiro voto
Pra fazer brilhar nossa estrela*

*Lula lá
É a gente junto
Lula lá
Valeu a espera
Lula lá
Meu primeiro voto
Pra fazer brilhar a nossa estrela*